



ANDRÉ FHLIPE JUNCKES

DESENVOLVIMENTO EXCLUDENTE

DIMENSÕES ECONÔMICA, POLÍTICA,
CULTURAL E IDEOLÓGICA DO
PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO

ANDRÉ FHLIPE JUNCKES

DESENVOLVIMENTO EXCLUDENTE:
Dimensões econômica, política, cultural e ideológica do
processo de gentrificação.

Orientador: Rodrigo Gonçalves

Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Planejamento Urbano, da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau bacharel em arquitetura e urbanismo.

Florianópolis, SC.
Julho de 2017.

Sumário

Objetivos	7
Metodologia	9
I Processo de Gentrificação	
Introdução e Conceito	13
Estado: funções e beneficiários	15
Cidade-empresa: planejamento urbano estratégico	19
Espectáculo e dimensão cultural da gentrificação	27
Ideologia e a produção do pensamento único	33
Considerações sobre o tema	37
II Gentrificação em Florianópolis	
Histórico do desenvolvimento desigual da cidade e seus investimentos seletivos	41
Estudo de caso: a ala leste do Centro Histórico de Florianópolis ..	47
Referências de modelos no combate à gentrificação	63
Propostas para a região do estudo de caso: a busca pela Cidade-popular	67
Intervenções pontuais	70
Organização comunitária	74
Ações Estatais técnicas macro e de longo prazo	78
III Um horizonte possível: alternativas à gentrificação ilustradas	
Mapeando as ações desejadas na Cidade Popular	89
Considerações Finais	107
Referências Bibliográficas	111

Objetivos

Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender o processo de gentrificação, suas implicações no espaço urbano e identificá-lo em Florianópolis, além de sugerir alternativas que visem freá-lo, revertê-lo ou prevenir-se dele.

Objetivos Específicos

Este estudo tem como objetivos específicos:

1 promover o debate sobre o tema “processos de gentrificação” e suas implicações;

2 esclarecer conceitos relativos ao tema atualmente questionáveis ou desconhecidos;

3 criticar o planejamento estratégico de cidades e apontar outros horizontes possíveis;

4 considerar potencial de gentrificação em intervenções propostas;

5 apresentar um ensaio propositivo de um horizonte desejado, a partir do sucesso das propostas feitas para a região do estudo de caso.

Metodologia

O procedimento metodológico escolhido para o presente trabalho pode ser classificado com exploratório e explicativo, de acordo com seu objetivo. Os procedimentos contaram com abordagens diretas e indiretas. A opção metodológica mais adequada é a dedutiva, uma vez que partiu-se de leis gerais do processo de gentrificação para a compreensão local e pontual da ala leste do centro histórico de Florianópolis.

As ferramentas utilizadas foram pesquisas bibliográficas, levantamento de dados sobre a região do antigo Bairro da Pedreira e entrevista com moradores, comerciantes e usuários da área. As pesquisas bibliográficas exploraram os temas: gentrificação, planejamento estratégico de cidades, histórico de Florianópolis e região, além de notícias sobre projetos governamentais para o centro histórico da cidade. Entre os mais relevantes para a compreensão e direcionamento deste estudo estão: Cidade do Pensamento Único; De volta à cidade; Direito à cidade; Segregação Silenciosa; Série de reportagens presentes no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

As entrevistas ocorreram de forma semi-estruturada, pois mesmo com uma relação de questões pré-estabelecida, seria inevitável o desdobramento de outros questionamentos que contribuiriam para uma melhor apuração do contexto da região estudada, bem como as expectativas dos entrevistados quanto a propostas que poderiam ser sugeridas para a área. Uma série com oito perguntas foi elaborada e colocada em questionário para os entrevistados, dando margem a outras. As oito perguntas se deram após grande apuração sobre o tema gentrificação, análise de bibliografia e cartografia da área e levantamentos técnicos feitos pelo autor. As questões realizadas foram:

- 1 Sabe do que se trata a gentrificação?
- 2 Acha que ela está acontecendo na região?
- 3 O que o/a levou a frequentar/empreender aqui?
- 4 O que pensa sobre a feira Viva a Cidade?

5 O que pensa sobre o projeto Centro Sapiens?

6 Acredita que eventuais melhorias trazidas para a área possam ameaçar sua permanência aqui?

7 Gostaria que a comunidade participasse das decisões sobre a gestão e os investimentos na região?

8 Tem alguma proposta para contribuir com a melhoria da área?
Qual?

Com esse método e suas ferramentas, o trabalho visa levantar da forma mais real possível o contexto histórico e atual do antigo Bairro da Pedreira, identificar o problema geral do trabalho na região do estudo de caso e propor soluções para o problema identificado. As propostas serão baseadas em referências já em funcionamento pelo mundo, nas ideias dos próprios atores envolvidos na área e na implantação de leis específicas já presentes na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, mas ausentes no plano urbano de Florianópolis. Tudo isso será reunido no Trabalho de Conclusão de Curso em forma de texto, contando com ilustrações, mapas temáticos e citações.

PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO

Introdução e Conceito

Contextos, ideários, sistemas, sociedades. Muitas são as variáveis a considerar para estudar e criticar o desenvolvimento urbano ao longo do tempo. O que hoje pode parecer absurdo, em outras épocas poderia ser normal, legitimado pela força da lei e da ideologia. O processo de gentrificação, estudado há mais de meio século no mundo, provavelmente estará entre os assuntos mais debatidos no que compete ao planejamento urbano em algumas décadas, inclusive e, sobretudo, nas cidades que têm recebido intervenções afirmativas, aparentemente inclusivas e socializantes, mesmo sob gestões progressistas.

De maneira simplificada, pode-se conceituar gentrificação como o processo de expulsão ou evasão de determinados atores de determinados locais. Essa debandada ocorre por conta do aumento do preço da terra, do aumento do custo de vida ou simplesmente pela perda de vínculo do usuário com o espaço. Isso em virtude da ocupação de uma área degradada e esquecida por uma classe social não condizente com a tradicional do lugar, atraída por (ou gerando atração para) intervenções urbanas promovidas pelas iniciativas privada, pública ou pela parceria entre ambas que, a partir de uma melhora na qualidade de vida e no preço dos imóveis, legitimam o processo.

Como o processo de gentrificação é extremamente complexo e singular, dependendo do contexto, é necessário avaliar minuciosamente suas particularidades a fim de não o generalizar. O termo “gentrificação” foi primeiramente utilizado por Ruth Glass para designar a ocupação de boêmios pioneiros e a nova classe média londrina nos bairros centrais e o conseqüente aumento dos preços dos aluguéis (aqui, o conceito é mais voltado à questão imobiliária e à substituição de populações locais).

Já o fenômeno analisado em Nova York por Neil Smith, é dividido por ele em três etapas: gentrificação esporádica, consolidação da gentrificação e gentrificação generalizada. Na primeira etapa, o processo se dá com a instalação das classes média e média alta em lugares específicos de centros urbanos deteriorados, por conta dos baixos preços

e do fácil acesso a serviços. Na consolidação da gentrificação há a atuação do mercado imobiliário em áreas degradadas a fim de obter lucro, comprando terras e imóveis a baixos preços e revitalizando tais espaços em parceria com o Estado, gerando a valorização dos mesmos. Já na gentrificação generalizada, o efeito gentrificador extrapola a metrópole e atrai investimentos internacionais, principalmente de jovens executivos de classe média e é nessa fase que o Estado consolida sua participação no processo.

Hélène Rivière d'Arc, em pesquisa sobre o processo no Brasil e constatou que nenhuma realidade do país condiz com as duas primeiras apresentadas por Smith. Ainda assim, não será o caso aqui de negar a existência desse ou outros processos similares ao da gentrificação como problemática urbana brasileira, pelo contrário, a pesquisa se colocará na direção de também detectar lugares que potencialmente possam sofrer de tal processo.

Logo, é essencial analisar as especificidades do contexto urbano brasileiro a fim de não compará-lo diretamente aos países desenvolvidos, onde os estudos sobre o tema são realizados há mais tempo, cujas cidades sofrem menos com a desigualdade social e espacial, além de possuírem heranças históricas menores advindas da dominação por nações imperialistas.

O contexto de países emergentes tende a um caráter elitista e de enobrecimento em suas políticas de revitalização, reabilitação e ressocialização do espaço urbano. Além das análises tradicionais acerca de aspectos econômicos e seu impacto geográfico e social, é extremamente importante que se faça a análise de aspectos culturais da pós-modernidade, da espetacularização da cidade e da sociedade, da importância e funcionamento do Estado no processo de gentrificação, da globalização e mundialização da informação e da economia, do papel da ideologia nestes processos, entre outros aspectos a fim de entender melhor a raiz do fenômeno e assim traçar diretrizes e medidas de combate ao processo.

Como fenômenos e processos relacionados às zonas urbanas não são descolados de uma multidisciplinaridade e de um contexto maior que o municipal, os estudos sobre o tema começarão a partir de uma análise sobre o atual funcionamento do Estado e da economia, bem como a relação entre ambos.

Estado: funções e beneficiários

O Estado forte, atuante e regulador acabou, talvez sem nunca ter existido de fato. Pode-se dizer que a existência do que se entende por Estados e poderes públicos atuantes na sociedade serve apenas para dar legitimidade e esconder o real processo de dominação dos países centrais sobre os países da periferia do capitalismo. O Estado brasileiro (e os latino-americanos em geral) tem se submetido à agenda neoliberal imposta pelas potências imperialistas que forçam o país a promover políticas de privatização de estatais e de flexibilização de leis trabalhistas, em troca da livre rolagem da dívida pública por parte dos governos federal, estadual e municipal.

Isto aconteceu principalmente durante os anos 1980 e 1990, quando houve aumento da interferência de instituições financeiras sobre as nações endividadadas. Segundo Pedro Arantes (2004):

“Com a crise da dívida no Terceiro Mundo, no início dos anos 80, o frágil padrão de financiamento das cidades até então constituído, ruiu. Nessa ocasião, ocorre um importante aumento da influência e do poder de barganha das instituições multilaterais nas políticas públicas dos países em crise. A ação do BID e do Banco Mundial deixa de ser realizada em termos de recomendações e passa à intervenção mais ativa, como parte das exigências dos acordos de renegociação da dívida, protagonizados pelo Fundo Monetário Internacional. A reforma do sistema habitacional, a descentralização das políticas públicas, a criação de fundos de financiamento onerosos e o “ajuste fiscal das cidades” foram partes importantes das reformas estruturais dos anos 80. Esse último pretendeu corrigir as “distorções” de preços dos serviços públicos (que passariam a cobrar seu custo real), realizar cortes nos subsídios e ampliar as taxas e impostos urbanos”.

Esta agenda imposta, no fim, não tem quase nada de liberal no que

tange ao pregado “Estado mínimo”, uma vez que, se o Estado funciona a serviço da classe dominante, qual o interesse dela em diminuí-lo? Além de não interferir na livre acumulação de capital, o Estado favorece as atividades especulativas e investe dinheiro de todos os contribuintes em favor de um pequeno grupo privilegiado. Assim explica João Sette Ferreira (2007) sobre a ideologia no processo de globalização, mundialização ou internacionalização da economia sob o regime neoliberal:

“Este talvez seja o mais eficaz efeito ideológico da globalização: fazer crer que os novos tempos exigem a renúncia da participação estatal. Pelo contrário, [...] os Estados Nacionais mantém uma forte atuação na disputa pelo poder econômico mundial (Ferreira, 1998). Podermos dizer que, ao invés de um recuo do Estado, a globalização representa uma intensificação de sua participação, agora de forma mais qualificada e especificamente voltada para os interesses do capital, em detrimento da sociedade. Como dito por Boaventura Souza Santos, o Estado do Bem-Estar Social se tornou o Estado do Bem-Estar Social das empresas, de tanto que o Estado vem trabalhando a favor dos interesses empresariais em todos os países capitalistas. A “globalização neoliberal”, em suma, tem pouco de liberal.”

É preciso salientar que, por conta deste processo, vivemos um momento em que o Estado tende a se comportar e gerir como uma empresa e, tamanha a acumulação de riquezas por cada vez menos famílias, administra-se buscando se mostrar atraente para o assentamento de investimentos por parte dos donos desse capital. Principalmente em tempos de crise, a ideologia propagada nas grandes empresas de comunicação faz parecer necessário ou, no mínimo, aceitável que o governo federal proponha privatizações, reformas trabalhista e previdenciária e outras medidas impopulares a fim de atrair e fomentar investimentos com o pífio discurso da geração de emprego e renda. Exemplo disso é a propaganda criada pela empresa de Consultoria Financeira Empiricus, veiculada na página on line do jornal Folha de São Paulo em outubro de 2016, apoiando a Proposta de Emenda à Constituição que congela os investimentos públicos durante 20 anos, inclusive para saúde, educação e assistência social. A propaganda dizia que “se você é contra a PEC do Teto de Gastos Públicos, você é contra o Brasil” e apresentava um link para que o usuário assinasse uma petição a favor da medida.

Como o lobby no Brasil (envolvendo dinheiro) não é legalizado e os negócios envolvendo políticos e grandes empresas têm ficado cada vez mais transparentes, grupos de interesses comuns utilizam a doação para campanha eleitoral como meio de obter acordos que os favoreçam, sejam eles projetos de lei, obras de infraestrutura ou contratos de serviços.

Em Florianópolis, nas eleições para prefeito de 2016, mesmo com a doação empresarial proibida pelo Supremo Tribunal Federal, fica claro o interesse privado em financiar as campanhas com maior chance de vitória. Um bom exemplo disso é o fato de Jorge Luiz Savi de Freitas, empresário do setor tecnológico, ser o maior doador das campanhas de Angela Amim (PP) e Gean Loureiro (PMDB), representantes das oligarquias que se revezam no poder durante as últimas duas décadas. (dado retirado do site do Tribunal Superior Eleitoral).

Esse modelo de funcionamento do Estado brasileiro, bem como seu sistema político, evidencia os conflitos entre a oposição público-privado e, ao mesmo, tempo as relações afetuosas entre ambos. Projetos políticos de poder esbarram no tempo a que gestores eleitos têm direito: um mandato de 4 anos. Logo, a administração pública não deveria ser comparada à privada diretamente, uma vez que as empresas privadas podem contar com um horizonte de planejamento de prazo muito maior. Mesmo assim, não só há comparações diretas, como há a incorporação de princípios da administração empresarial por cidades ao redor do planeta, conhecido e difundido como “planejamento estratégico” de cidades.

Cidade-Empresa: Planejamento Urbano Estratégico

Com a emergência do modelo neoliberal na segunda metade do século XX, frente a uma grande crise e falência dos modelos taylorista e fordista, houve uma reestruturação produtiva, marcada pela acumulação flexível. “A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1989). Tal modificação trouxe novas dinâmicas na produção e organização das indústrias, bem como inovações tecnológicas que, ao fazer a indústria necessitar cada vez menos de mão-de-obra diretamente, acabaram criando vagas no setor terciário e migrando parte de seus parques industriais para regiões até então subdesenvolvidas. Nessa era de financeirização do processo de produção de cidades, “o mercado imobiliário e de terras, com a globalização, passou a ser parte fundamental do circuito financeiro internacional” (ROLNIK, 2014). Sob essa ótica e discurso de que a máquina de crescimento traz necessariamente desenvolvimento, ganha popularidade uma nova forma de se estruturar e pensar a cidade: o planejamento estratégico.

O planejamento estratégico de cidades traz para a administração da urbe técnicas da administração de empresas. Surge com a crença (ou a imposição da ideia) de que o Estado seria incapaz de se adaptar à nova era da globalização/mundialização/internacionalização da economia e da informação e suas referentes complexidades. Em resposta ao modelo liberalizante do mercado, a competitividade entre cidades virou regra. Competitividade essa por investimentos, tecnologias, indústrias, mão-de-obra qualificada, preços e qualidade de serviços, colocando as cidades literalmente à venda, como afirma Carlos Vainer (2000):

“Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à

venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos.”



Figura 1 - Prefeito de São Paulo, “Doria ‘vende’ 55 projetos nos Emirados Árabes Unidos”. Foto: Adriana Ferraz- matéria do jornal Estadão 13/02/2017. Disponível em: < <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-vende-55-projetos-nos-emirados-arabes> >

Na lógica do planejamento estratégico, a administração de uma cidade deveria levar em conta suas vocações, o mercado consumidor, oferta e demanda, entre outras variáveis. Porém, para os maiores exemplos de cidades-empresamento, a receita é basicamente a mesma: se munir de infraestrutura e equipamentos atraentes ao capital transnacional, como “espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança” (VAINER, 2000).

O maior exemplo de “sucesso” do planejamento estratégico de cidades é o de Barcelona, principalmente em virtude da organização dos Jogos Olímpicos de 1992. A América Latina foi, posteriormente, laboratório para urbanistas catalães implementarem a lógica empresarial na administração de cidades. Um caso famoso foi o planejamento estratégico da cidade do Rio de Janeiro em 1993, que contou com a assessoria técnica de Jordi Borja e Manoel de Forni, (responsáveis pelo plano de Barcelona). Tal plano “se instalou em contraposição aos instrumentos de regulação da sociedade civil organizada, do Estado e do Plano Diretor”, dando o controle do planejamento a um conjunto de entidades empresariais e, com isso, “o poder local, comprometido com a perspectiva empresarial, se utilizou de meios institucionais para flexibilizar as leis de uso do solo e atender às demandas do mercado e aos interesses do capital financeiro internacional” (PIRES, 2010).

Um exemplo em Santa Catarina da concorrência entre cidades em busca de investimentos é o episódio ocorrido no município de Biguaçu, na grande Florianópolis, em 2010. Na época, uma série de polêmicas rondou a instalação de uma grande obra no litoral da cidade. Nessa época, com a descoberta do pré-sal, “a OSX, empresa voltada à produção e manutenção de equipamentos navais, com foco na indústria petrolífera, movimentou-se rapidamente na prospecção de um local que poderia receber um novo estaleiro” (SCHINKKE, 2013). Tão logo se anunciou a procura da empresa por um espaço para sua instalação, começou a disputa entre prefeitos e governadores de várias cidades/ estados litorâneos para sediá-la.

O lobby e o tráfico de influência foram utilizados tão sem pudor que foi criada uma equipe técnica específica em Brasília para elaborar um parecer favorável à construção do empreendimento, mesmo já havendo um laudo técnico do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) local inviabilizando a instalação.



Figura 2 - Projeto do Estaleiro da empresa OSX em Biguaçu. Disponível em <<https://navalunivali.files.wordpress.com/2010/06/o-estaleiro-da-osx.jpg>>

camada descoberta do pré-sal. Entre outros motivos, a atual crise no Rio de Janeiro é fruto dos incentivos fiscais e perdão de dívidas a grandes grupos empresariais.

Diversos autores e estudiosos críticos do planejamento estratégico de cidades alegam que a gentrificação não é mais o fim, mas o meio pelo qual são projetadas as cidades que entram no jogo da competitividade

O projeto tinha apoio de moradores de Biguaçu e das cidades continentais do entorno, seduzidos pelos benefícios que o estaleiro traria ao município, como emprego e infraestrutura. Porém, estavam iludidos e desavisados quanto ao fato de ser uma indústria que necessitaria de mão-de-obra qualificada (não existente na região) e que poderia causar danos ambientais graves na costa catarinense. Mesmo depois de o município ter conseguido quase todo o apoio necessário para viabilizar a construção do estaleiro, a OSX anunciou a desistência do negócio e se instalou no Rio de Janeiro, onde obteve, além de melhores benefícios, maior proximidade da

global. O termo gentry – “nobre”, em inglês - historicamente não é visto com bons olhos, gerando a necessidade de maquiagem os processos de gentrificação sob outras designações por parte de seus agentes:

“Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrendo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades. Como estou dando a entender que o planejamento dito estratégico pode não ser mais do que um outro eufemismo para gentrification, sem, no entanto afirmar que sejam exatamente a mesma coisa” (ARANTES, 2000).

Como o planejamento estratégico visa sediar investimentos do mercado financeiro global, um elemento se torna essencial na captura destes capitais: o marketing urbano. Esse instrumento visa promover as cidades via imagens, valores e conceitos como “cidade criativa”, “cidade inteligente”, “cidade do futuro”, etc. Em Florianópolis não se pode dizer à primeira vista que houve algum tipo de planejamento urbano dito estratégico. Porém, a imagem difundida da cidade tanto em âmbito nacional como internacional leva a crer que o marketing urbano na cidade é difundido há anos, distorcendo estatísticas e amplificando pontos positivos, além de não mostrar problemas estruturais do município, como: saneamento básico ineficiente, mobilidade urbana limitada, praias poluídas e os decorrentes do fato de a maior parte do território do município se encontrar numa ilha.

Na última década, Florianópolis colecionou capas de revista e matérias em jornais que a colocam como uma cidade de médio porte, com elevada qualidade de vida e belezas naturais, o que encanta as classes média e alta de metrópoles assoladas pela violência, poluição, etc.

Floripa, a campeã Pintada de verde no mapa e recordista em estatísticas positivas, a capital catarinense é a meca da classe média	Florianópolis é a melhor cidade do Brasil para criar os filhos A Capital catarinense ficou em primeiro lugar entre os cem municípios pesquisados, todos de 250 mil habitantes
Florianópolis é cidade mais favorável ao empreendedorismo, diz estudo	Pesquisa aponta Florianópolis como cidade mais amigável do mundo Capital catarinense é o único destino da América Latina entre as líderes

Figura 3 - Manchetes Positivas sobre Florianópolis| Imagens extraídas pelo autor dos seguintes sites: g1.globo.com/sc, veja.abril.com.br, bbc.com/portuguese e ndonline.com.br

Além da publicidade tradicional na imprensa, existem outros meios de se fazer marketing urbano a fim de chamar a atenção do mercado internacional, entre eles, destaca-se o principal: os megaeventos. A cidade de Barcelona é o maior exemplo de planejamento estratégico e marketing de cidades. Isso prova que os grandes eventos artísticos, culturais e esportivos são catalisadores do desenvolvimento almejado pelos gestores adeptos a esse modelo de planejamento, visto que a maior parte dos projetos gentrificadores aconteceu em função dos jogos olímpicos de 1992.

O modelo modernista, vigente antes do planejamento estratégico, tinha, entre outras características, a busca pelo máximo controle do desenvolvimento urbano. Planos diretores e zoneamentos foram os maiores instrumentos de controle sobre o uso da terra criados sob tal modelo. No Brasil, a luta de diversos setores da causa urbana culminou na criação de uma legislação específica para o tema, o Estatuto da Cidade, formulado em 2001. Nele, há um instrumento urbanístico denominado Operação Urbana Consorciada (OUC), criado para utilização em casos de exceção às leis de zoneamento.

“Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1o Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental “ (ESTATUTO DA CIDADE).

Isto posto, vale salientar que vivemos em “cidades de exceção”, como afirma Carlos Vainer, ao constatar que as OUC’s deixaram de ser usadas em casos muito específicos e de válida “exceção” para virarem praticamente “regra”. Nesse cenário de livre concorrência entre cidades, interesses que antes seriam limitados por planos diretores (grandes empreendimentos com forte impacto na paisagem, na mobilidade, no social, etc.) passam a transgredi-los facilmente, uma vez que os gestores municipais viraram reféns (e, na maioria das vezes, coniventes) dos investimentos privados no solo urbano.

A disputa entre cidades para receber os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 de futebol masculino e as políticas praticadas na gestão Eduardo Paes no Rio de Janeiro para receber os jogos olímpicos de 2016 deixam claro a relevância de sediar megaeventos para o marketing de suas gestões municipais, mesmo cedendo a tantas exigências dos organizadores. “Na busca de agentes capazes de bancar as condições

materiais de realização do megaevento, as instituições promotoras encontram máquinas burocráticas sedentas por realizar tal proeza em troca de exposição midiática e legitimação para projetos nabalescos e de dificuldade de aprovação em circunstâncias normais” (OLIVEIRA, 2014).

Os jogos olímpicos e paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro aparentaram ter sido um sucesso. Poucos casos de violência apareceram e imprevistos operacionais ocorreram de forma pontual. Porém, há de se observar o legado deixado pela realização dos jogos. Desocupações como a da Vila Autódromo, projetos gentrificadores como o do Porto Maravilha, políticas de pacificação (extremamente violentas) de favelas dominadas pelo tráfico de drogas, entre outros exemplos, mostram o legado negativo da criação das condições necessárias para sediar as olimpíadas. Outros empreendimentos, como a Vila Olímpica, atestam que esse contestável sucesso não se deu devido a uma gestão pública consciente, eficiente e responsável, mas pela entrega e venda da cidade para a iniciativa privada.

O terreno onde foi construída a Vila Olímpica pertencia à construtora Carvalho Hosken que, juntamente com a Odebercht, criou o consórcio Ilha Pura e, mediante financiamento público em crédito com a Caixa Econômica Federal gastou mais de R\$ 3 bilhões, que devem ser quitados com a venda dos imóveis após os jogos. Além do crédito cedido pela Caixa e a infraestrutura que a prefeitura levou até a Vila e seu entorno (asfaltamento de ruas, construção de calçadas, redes de água, esgoto, iluminação), a Câmara de Vereadores também beneficiou as construtoras ao aumentar o gabarito máximo previsto para a região de 12 para 18 pavimentos. Em suma, o município permitiu construir acima do limite, o financiamento da obra foi feito via banco estatal e a qualificação da área da vila via parceria público-privada (PPP), terceirizando completamente as responsabilidades do gestor municipal e sem nenhum risco econômico e financeiro para as construtoras.



Figura 4 - Contraste entre o desenvolvimento da Vila Autódromo e a remoção forçada dos antigos moradores. (Foto: Mario Tama/Getty Images). Disponível em <<http://guiadoestudante.abril.com.br/blogs/atualidades-vestibular/vestibular-e-olimpiadas-as-remocoes-de-familias-no-rio-de-janeiro/>>

A cidade gerida como empresa traz necessidades como a de um gestor especializado e alinhado com o mundo dos negócios. Carlos Vainer utilizando citação alertava: “Ao final dos inúmeros eventos para a difusão de suas diretrizes, o Banco Mundial deixava clara a nova mensagem: ‘o setor privado deve assumir a direção das estratégias econômicas locais’” (Urban Partnership & The TWU Urban Division, 1998). Logo, não chega a ser espantoso o fato de que nas eleições municipais de 2016 no Brasil, cerca de 20% dos prefeitos eleitos eram milionários. Observa-se ser inegável que a crise política e o senso que atinge grande parte da população de que “os mais ricos não precisam se envolver em esquemas de corrupção” contribuem para essa estatística. Mas a imagem de empresário bem sucedido e o apelo ao termo “gestor” nas campanhas parecem ter sido o grande diferencial para que esses candidatos, mesmo os pouco conhecidos politicamente, sássem vencedores.

Entrando um pouco mais nas peculiaridades da realidade dos países do terceiro mundo ou em desenvolvimento, tornam-se absurdas as teorias do planejamento urbano estratégico aplicado a cidades desses países, uma vez que desconsideram (ou distorcem) as desigualdades sociais, raciais e espaciais dos países latino-americanos. No diagnóstico do já citado Plano Estratégico do Rio de Janeiro, por exemplo, “a cidade é apresentada como ‘laboratório de experimentação e aperfeiçoamento democrático, baixa intolerância racial e exemplo de harmonia social’” (VAINER, 2000), o que não condiz com a realidade do município.

Feita esta reflexão sobre planejamentos urbanos, deve-se ampliar o horizonte de análise sobre o tema. O processo de gentrificação no Brasil é extremamente delicado por inúmeros aspectos. Um deles é o fato de que as próprias instituições de ensino que capacitam profissionais para o planejamento de cidades, em sua maioria, não problematizam os impactos de dadas intervenções no meio e ainda por cima atribuem ao urbanista a responsabilidade sobre tudo o que há de ocorrer no solo urbano, mediante seu desenho e plano, esquecendo de quem realmente faz e vive a cidade. Sobre isso, afirma Paola Jaques (2012):

“Os praticantes das cidades atualizam os projetos urbanos – e o próprio urbanismo – com a prática dos espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que o atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado; ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano.”

As diversas evoluções do sistema capitalista e seus inevitáveis desdobramentos nos tornaram uma “sociedade do espetáculo”, na qual as relações sociais são mediadas por imagens, como escreve Debord: “tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”. O espetáculo e a dimensão cultural do processo de gentrificação merecem uma atenção especial quando analisamos este fenômeno.

Espectáculo e Dimensão Cultural da Gentrificação

A cidade capitalista é geradora de conflitos e contradições. Mesmo quando os conflitos não se explicitam, não quer dizer que eles não existam, apenas que estão ocultos, sejam lá quais forças os tenham ocultado e com que intenção. As cidades brasileiras são, em suma, desiguais e segregacionistas. Sobre a cidade e a sociedade e sua divisão em classes, pode-se afirmar que:

“[...] vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. A maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos. A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais.” (HARVEY, 2014)

Quando fala-se em direito à cidade, necessariamente se vislumbra um horizonte anticapitalista. “Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das [...] soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra” (LEFEBVRE, 1969). Sendo assim, não é possível esperar que o acesso pleno à cidade seja idealizado e viabilizado pelo Estado, muito menos pela classe dominante.

Assim sendo, causa estranhamento constatar empreendimentos, produtos e serviços propagandeados a partir de discursos inclusivos, socializantes ou mesmo progressistas, sendo que claramente estão submetidos ao ideário do mercado financeiro e das grandes corporações. Operações urbanas consorciadas e parcerias público-privadas são os principais instrumentos utilizados pelas empresas para revitalizar certos espaços, promover eventos culturais públicos, oferecer serviços como aluguéis de equipamentos, etc. assumindo algumas das responsabilidades estatais.

Em Florianópolis, por exemplo, com o programa “Adote uma praça”- parceria entre a ONG FloripAmanhã e a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM) – pode-se observar uma série de praças revitalizadas mediante financiamento empresarial. Geralmente, esse tipo de parceria rende às empresas participantes algum tipo de benefício direto, como ampliação do direito de construir ou alguma redução de impostos. Porém, nesse programa não se verificou com transparência nenhuma contrapartida direta por parte do poder público.

A empresa do setor imobiliário WOA Empreendimentos, por exemplo, adotou três praças neste programa: Praça Governador Celso Ramos, Praça Chico Mendes e Praça do Rotary Club. Sem uma troca direta de valores com a prefeitura, fica evidente o interesse da empresa para além de todo o marketing positivo que assumir a revitalização e manutenção de praças públicas traria, pois “foi possível observar que as praças revitalizadas pela WOA ficam perto de grandes empreendimentos imobiliários da empresa, dessa forma, o projeto imobiliário se valoriza se o espaço urbano ao redor melhora” (CORREA, 2014).



Figura 5 - Praça Rotary Club (à direita) e Praça Chico Mendes (à esquerda, ao fundo)depois da revitalização - Imagem extraída pelo autor no Google Street View.

Tais revitalizações melhoraram as condições de uso destas praças, no que tange à salubridade, estética e segurança. Porém, foi possível constatar uma mudança dos atores que passaram a utilizá-las. As melhorias trazidas pela revitalização atraíram novos usuários que não ocupavam as praças quando estas se encontravam deterioradas e esquecidas pelo poder público, mas cortaram o vínculo dos antigos atores com esses espaços.

Os diversos tipos de apropriação cultural de espaços e discursos analisados nos trazem a necessidade de um diagnóstico profundo do que Otília Arantes chama de “cidade-empresa-cultural”. Para Lefebvre, a

Cidade deveria ser o espaço onde o valor de uso se sobrepusesse ao valor de troca, e a apropriação à propriedade. Mas numa “Sociedade do Espetáculo”, como a que Guy Debord afirma vivermos, o valor de uso – antes implícito no valor de troca – agora aparece explícito na “realidade invertida” do Espetáculo, totalmente vinculada à economia mercantil. Não se vende mais um produto ou serviço, mas a imagem dele: o estilo de vida associado a determinado automóvel, a popularidade de quem compra determinada marca de cerveja, a bela paisagem de quem compra um imóvel de frente para o mar, etc.



Figura 6 - Exemplo do que se vende além do produto - Empreendimento Quartier Cabral em Porto Alegre. Disponível em <<http://www.marketingimob.com/2011/12/pecas-conceito-ogilvy-fav.html>>

Sempre haverá resistência ao estranho, ao novo, ao diferente, quando esses tentarem ocupar um espaço já consolidado culturalmente. Driblando isso, projetos gentrificadores buscam se apropriar do espaço e da cultura nativa dos locais. Sem negar sua própria cultura (ou falta dela), a classe nova no local assume uma perspectiva de ambas e acaba por impor a cultura de seu próprio interesse, negando o caráter vernacular de quaisquer costumes e tradições já constituídos nesses espaços.

Esta dimensão cultural da gentrificação contrasta com algumas teorias que a relativizam como potencialmente positiva. Francisco Sabatini, por exemplo, afirma que na América Latina a gentrificação não culmina necessariamente em uma expulsão generalizada e pode promover integração entre classes sociais, uma vez que as classes média e alta geralmente se instalam em recintos ociosos das comunidades que começam a sofrer o processo. Mesmo se não levarmos em conta o conceito de integração social limitado, uma vez que o direito à cidade deveria promover o acesso dos menos abastados às áreas que lhes são negadas e não o contrário, a imposição cultural e consequente destruição daquela já consolidada entram nesse capítulo como essenciais para a análise.

Há um consenso produzido pelos grandes grupos empresariais multinacionais de que as cidades tomarão o protagonismo (ou já o tomaram) no novo cenário mundial de produção. A expressão dessa nova ordem tem impacto na paisagem urbana, reapropriada e explorada em sua memória e relevância cultural, anteriormente negadas. Sobre essa

súbita preocupação com os aspectos culturais da cidade, Otilia Arantes (2000) afirma:

“Rentabilidade e patrimônio arquitetônico- cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana- sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar? ..). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa -a que ponto chegamos! (de sofisticação?) - é a Cultura. Essa a nova grife do mundo fashion, da sociedade afluente dos altos serviços a que todos aspiram.”

Nesse contexto sociocultural e econômico propício ao processo de gentrificação, pode-se observar em uma série de cidades o fenômeno de restauro de edifícios históricos de grande carga simbólica e de memória que se encontravam deteriorados e a imposição de novos usos, programas e atores. Um destes casos é o da reforma e revitalização do Mercado Público Municipal de Florianópolis. Historicamente oferecendo produtos acessíveis às populações locais de menor poder aquisitivo, atualmente o mercado se encontra em processo de elitização de seus produtos e clientes. Dentre os vários novos comércios e serviços oferecidos no prédio, o que mais provocou estranhamento foi o fast food Bob's. Com exigências vagas acerca do uso destes espaços, a licitação em formato de leilão favoreceu usos pouco condizentes com a cultura florianopolitana. Mesmo sendo inegável a descaracterização do ponto, houve relativizações acerca de tais expropriações culturais:

“Com o anúncio oficial nesta quinta, 30, pelo prefeito Cesar Souza Júnior, da programação de reinauguração do Mercado Público, voltam ao debate algumas críticas pontuais. Há quem tema a “gourmetização” do espaço, que se assemelharia a um shopping. Mas é preciso levar três considerações em conta: 1 – o antigo mercado, embora fosse autêntico, era muito descuidado, relaxado, “pé sujo” e inseguro; 2 – nenhuma licitação pode ser dirigida. Quando se estabeleceu o quesito “restaurante”, por exemplo, o Bob's se inscreveu e levou. O Bob's é um fast food, mas é um tipo de restaurante; 3 – toda mudança sempre assusta ou provoca ansiedade. Falam em preços altos, proibitivos, mas isso já havia no formato anterior.”
CARLOS DAMIÃO - 30/07/2015- Jornal Notícias do Dia (grifos feitos pelo autor)

O apelo midiático em casos como esse explicita a preocupação destes veículos em apoiar projetos que reforcem a imagem da cidade como, ao mesmo tempo, alinhada às “tendências internacionais” e respeitadora das tradições do município, ocultando os problemas

os problemas criados por intervenções deste tipo. Esse episódio revela que a mídia representa apenas um segmento do grupo interessado em fixar uma ideia no imaginário social, com intenção de legitimar tais processos. Essa fixação de ideário no imaginário popular, chamaremos de ideologia.

Ideologia e Produção do Pensamento Único

Historicamente, processos de expulsão, dominação e segregação normalmente ocorrem de forma coercitiva, violenta ou no mínimo contestável. O processo de gentrificação se faz difícil de ser entendido e identificável nas cidades justamente por seu caráter “natural”, pois, excluindo os casos de remoções forçadas por ações judiciais ou obras de infraestrutura que necessitam das desapropriações nas áreas a serem instaladas, a expulsão de determinados atores de seus locais de origem se dá pelo aumento do custo de vida e o assédio de grandes grupos empresariais sobre o solo habitado – remunerando de forma “justa” o morador por seu pedaço de terra e o levando a ocupar áreas mais periféricas da cidade. Toda essa passividade deste e de vários outros fenômenos só é possível por conta da ideologia.

A ideologia, não somente um conjunto de ideias (chamemos a isso de ideário), mas o conceito marxista para o “ocultamento da realidade social e disseminação de ideias e representações sob a ótica da classe dominante” (CHAUI, 2006) é uma ferramenta usada justamente para legitimar tais processos de dominação, evitando possíveis entraves e embates com grupos descontentes com os rumos que determinadas sociedades tomam ao longo de sua história. Na busca conservadora de manutenção da ordem, a ideologia:

“[...] opera na consciência imediata, soldando a impossibilidade das contradições da objetividade em uma subjetividade que oferece um caminho para a adequação da expressão ideal à realidade. Isso resulta na adequação da consciência ao real, a uma particular forma de expressão do real que é a sociabilidade do capital, que pela mediação ideológica encontra sua justificativa e se apresenta naturalizado e, portanto, inevitável. As relações sociais de produção e a dominação de classe, ao se constituírem enquanto ideologia, agem sobre tais relações, elaborando para a consciência imediata o real como real” (IASI, 2014).

Em suma, a função da ideologia é a de “dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes” (CHAUI, 2006). Diversas instituições durante toda a vida são responsáveis por disseminar ideologias: Estado, igreja, família, escola, etc. Uma dessas instituições alienantes com alto poder na sociedade, adquirido recentemente, e que se adequa facilmente a novos valores e princípios é a mídia.



Figura 7 - Reportagem O Globo, disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/vidigal-atrai-moradores-ilustres-ganha-status-de-favela-chique-8412639>>

Relativizações como a mostrada no capítulo anterior, referente à revitalização do Mercado Público de Florianópolis, mostram como a mídia tem um papel fundamental no apoio a políticas gentrificadoras e na construção desse imaginário social. Dentro dessa construção, as mídias aliadas à classe dominante sempre tentarão trazer a gentrificação como algo “bom para todos os envolvidos”.

A figura 7 exemplifica isto: uma reportagem do jornal O Globo que coloca a expulsão da população tradicional do Morro do Vidigal como “inevitável”, mas motivo de orgulho (pela vinda de novos moradores “ilustres”) e de ascensão, uma vez que quem vende seus imóveis ali “vai morar em casas maiores, vive de aluguel, muda de vida”. Ora, se é inevitável, como algo que extrapola às liberdades individuais pode ser relativizado como benéfico?

Vale constatar que as Organizações Globo não restringem seu papel de apoio a políticas gentrificadoras apenas na esfera midiática, mas também diretamente na construção destas políticas. A Fundação Roberto Marinho, entidade privada sem fins lucrativos, ligada ao grupo Globo, é responsável por inúmeras construções e obras de restauro e conservação de patrimônios históricos e culturais por todo o Brasil, em

parceria com o setor público e outras entidades privadas interessadas nesse modelo de negócio. Dentre as obras, estão o Museu do Amanhã, o Museu da Imagem e do Som, a restauração do Pelourinho, a restauração de 40 casas no projeto “As cores em Santa Teresa”, entre outros, além de iniciativas na área da educação, sustentabilidade.

Assim como a Fundação Roberto Marinho, que representa o grupo de maior força midiática em projetos excludentes, outros grupos empresariais também têm representação nesses modelos de projeto “filantrópico”: Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Grupo Votorantim, Grupo Gerdau, entre outras, que são comumente vistas apoiando ações que as rendam selos de responsabilidade social, ambiental, cultural, etc.

Assim, conclui-se que os principais interessados no processo de gentrificação também são responsáveis pela imposição de ideologias. Essa situação é histórica e não terá suas contradições resolvidas de cima para baixo. Ainda há um longo caminho a percorrer na luta contra os processos que aumentam as desigualdades. E compreender os diversos aspectos do problema é um bom primeiro passo.

Considerações sobre o Tema

Os diversos interesses dentro da cidade se conflitam e seguirão conflitando enquanto o sistema continuar como está. Os processos de dominação ficam cada vez mais complexos e de difícil análise e crítica. O processo de gentrificação deixa de ser exclusivo de grandes centros de cidades dos países desenvolvidos e passa a assolar metrópoles de países emergentes e mesmo de países considerados do terceiro mundo.

O bem-sucedido e difundido “planejamento estratégico” extravasa as portas das empresas e se incorpora à administração de cidades. As cidades, por sua vez, refêns da acumulação cada vez maior de capital por um grupo cada vez menor tendem a vender localização para estes grandes grupos empresariais e, com a gestão municipal ficando cada vez mais complexa nesta era da comunicação e informação, bem como financeirização da economia, acabam por terceirizar diversas responsabilidades do Estado.

Cidades mais inclusivas, com valores progressistas, historicamente reivindicados pelas camadas sociais segregadas, excluídas, por vezes denominadas invisíveis, tem seu discurso apropriado justamente por representantes dos grupos que mais contribuem para tal processo de exclusão: empreiteiras, bancos, imobiliárias, Estado, mídia, entre outros.

Tais discursos, eventos, campanhas, produtos e serviços silenciam parte das lutas, uma vez que são vendidos como inclusão, responsabilidade social e preocupação com os cidadãos invisíveis, mesmo tendo como produto final justamente um aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Nesta conjuntura onde o desenvolvimento social não é mais buscado na forma de cidadania, mas pelo acesso ao consumo, onde o ser é substituído pelo ter e, em seguida, pelo parecer, o espetáculo toma conta das relações sociais humanas e a ideologia se encarrega da pacificação desse processo. O processo de gentrificação tem uma raiz profunda, logo não há espaço para a busca por soluções pontuais, já que o problema se revela estrutural.

Impossível de ser vislumbrada com o aprofundamento do capitalismo ou com políticas de um Estado dominado por grupos sem interesse em cidades mais justas, a solução para a gentrificação só parece provável a partir de luta e organização autônomas e populares. Por fim, sobre a gentrificação e inúmeros outros conflitos urbanos, podemos ter como iniciativa para a solução a mesma do antídoto posto por Paola Jaques (2012), citando os situacionistas:

“O principal antídoto contra o espetáculo seria o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente no cultural.”

GENTRIFICAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

Histórico do Desenvolvimento Desigual da Cidade e seus Investimentos Seletivos

Para estudar o processo de gentrificação em determinado lugar é necessário possuir um embasamento histórico de como se conformou geopolítica e economicamente a cidade, bem como esses fatores interferem no seu estágio atual. O caso de Florianópolis é bem peculiar. Por ter a maior parte de seu território situada numa ilha, até hoje seu planejamento urbano é diferenciado e dificultado. Também tem como peculiar a enorme diferença entre os polos norte e sul de sua ilha quanto aos investimentos, que levaram a uma distorção no que tange ao desenvolvimento de cada um. Este breve histórico visa esclarecer como se deu tal processo, que não ocorreu de forma natural ou espontânea, mas com interesses claros de favorecimento de especuladores urbanos. Para tanto, vale uma análise mais aprofundada, abarcando a história desde a pré-colonização.

Inicialmente habitada pelo “homem do Sambaqui” e em seguida por índios tupi-guaranis, Florianópolis passou a servir de parada intermediária para navios que aportavam no Rio da Prata. Portugal e Espanha a consideravam um ponto estratégico, tanto que foi palco de disputa entre os dois países, mesmo não sendo ocupada imediatamente. Com o tempo, vicentistas e bandeirantes também fizeram da Ilha refúgio e morada, mas sem grande relevância para a história e colonização.

Florianópolis foi fundada em 1673 e emancipada em 1726. Inicialmente era chamada de Ilha de Santa Catarina, nome dado por Francisco Dias Velho, seu fundador. No século XVIII, teve enraizados em sua cultura traços açorianos, com a colonização promovida por Marquês de Pombal. Ao se tornar vila foi rebatizada de Nossa Senhora do Desterro e, com a proclamação da República e elevação de seu status a cidade, reduziu seu nome a Desterro. Desde então, a agricultura e a indústria de algodão e linho se tornaram a principal atividade econômica da região. A colonização açoriana também consolidou a ocupação

timidamente descentralizada em toda a ilha através da formação de freguesias.

Em 1823 havia se tornado capital da Província de Santa Catarina, mesmo sem representar um grande polo ou já possuir uma metrópole constituída. Tal status rendeu à cidade grandes investimentos em infraestrutura, como melhorias no porto, bem como a construção de prédios públicos. Assim começou o processo de mudança das principais atividades econômicas de Florianópolis para a construção civil e serviços públicos.

Resistindo ao novo governo após a proclamação da República, Desterro viu os investimentos e a proximidade com a administração federal diminuir. Até que em 1894, o então presidente Marechal Floriano Peixoto venceu os rebeldes e mudou o nome da cidade para Florianópolis, em sua própria homenagem. Cerca de 200 revoltosos foram executados na Ilha de Anhatomirim, episódio reconhecido como um dos mais violentos da era republicana brasileira.

No século XX, devido a demandas diferenciadas, maior acesso à tecnologia e recursos financeiros, a cidade passou por inúmeras transformações, desde econômicas e geográficas até culturais, na maior parte das vezes de forma desigual.

A dinâmica espacial mudou completamente em Florianópolis a partir de 1926 com a construção da Ponte Hercílio Luz. Os municípios vizinhos viram seu crescimento estagnar, uma vez que a capital catarinense captava mais recursos e oferecia melhores serviços, agora muito mais acessíveis à população continental. Com isso, observou-se na região do entorno imediato da ponte um forte processo de especulação imobiliária.

Aos poucos, o transporte rodoviário tomou o protagonismo do hidroviário. Mediante à instalação da Ponte Hercílio Luz e outros investimentos pontuais, as camadas populares que habitavam o centro da cidade sofreram um processo de periferização em direção aos morros da ilha e ao continente. Os usos da área onde se instalou a cabeceira da ponte na ilha - cemitério, prostíbulos, forno de lixo, etc - foram substituídos por outros mais “nobres” e valorizados.

O traçado das vias também foi modificado: anteriormente induziam o fluxo para a região portuária e, posteriormente para a região



Figura 8 - Início da construção da ponte Hercílio Luz. Foto: Coleção ELS. Disponível em: <<http://nossahercilioluz.com.br/as-tres-irmas-saiba-mais-sobre-as-pontes-de-florianopolis>>

da “entrada da cidade”. Esse período:

“constituiu-se num momento de transição, com investimentos urbanos localizados e pontuais. As ações de redefinição urbana e de adequações modernizadoras em Florianópolis surgem na década de 1950, através da elaboração de um plano urbano que pretendia conceber a cidade e o sistema viário em sua totalidade. Essa transição caracterizou-se pela mobilidade residencial, pela expansão imobiliária e pelo início da periferação das camadas populares e, também, pela ampliação do aparelho governamental e do funcionalismo público em Florianópolis”. (SUGAI, 2015)

A classe dominante da capital catarinense se resumiu durante grande parte do século XX a poucas famílias que disputavam poder e influência na cidade. Essas oligarquias foram as principais responsáveis pelo direcionamento dos investimentos públicos para a região da Praia Grande (atualmente situada da av. Beiramar Norte) e para as praias do norte da Ilha, próximas à área de Canasvieiras. Observou-se também que parte dos investimentos públicos beneficiou financeiramente tais famílias, uma vez que estas haviam adquirido terras em regiões como o Estreito – supervalorizado após a construção da ponte Hercílio Luz e anexação dessa região ao município de Florianópolis – e, como já citado, em direção ao norte, que viera a receber melhorias anos depois.

Houve uma interrupção no crescimento ao norte com a implantação de alguns equipamentos “desvalorizadores” da terra urbana nas áreas que levam às praias do norte (atuais bairros da Agronômica e do Itacorubi), como: o aterro sanitário, cemitério e a penitenciária estadual. O interesse nessas áreas foi retomado anos depois tendo em vista o grande potencial turístico das praias do Norte, que tiveram para si novamente o direcionamento da expansão urbana de Florianópolis.

A partir dos anos 1950, várias obras de infraestrutura e instalação de sedes de órgãos públicos se deram nas regiões citadas, comprovando a tese da expansão “direcionada” para o eixo norte, com conseqüente valorização da área geograficamente central da capital. A Casa do Governador começou a ser construída em 1952, sendo inaugurada em 1954 e considerada a primeira obra de impacto imediato para o direcionamento do desenvolvimento. Já em meados de 1960, houve a construção da Avenida Beiramar Norte e, na década seguinte começaram a se erguer os primeiros grandes edifícios da área, consolidando este setor residencial na era moderna.

Com a região da Trindade, Agronômica e Itacorubi retomando sua valorização, nos anos 1970 foram implantadas importantes sedes de órgãos federais e estaduais, como: a Eletrosul, Universidade Federal de

Santa Catarina (UFSC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e a Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC). As construções desses órgãos:

“foram fatores decisivos de urbanização dessas áreas ainda rurais. A verticalização desses bairros nas décadas seguintes, processo que tem se intensificado nos últimos anos, vem unificando todo o espaço urbano que constitui o chamado distrito sede” (CECCA, 1997).

A escolha da região para a implantação da sede da Universidade Federal de Santa Catarina foi rodeada de conflitos e interesses por parte dos especuladores imobiliários que, tão logo havia surgido a possibilidade de valorização da região por conta de investimentos federais, adquiriram terras na área e, posteriormente lotearam com fácil aprovação dos empreendimentos junto a Prefeitura de Florianópolis.

Na mesma década, com o turismo ganhando cada vez mais importância nas dinâmicas econômicas de Florianópolis, foi iniciada a construção da rodovia SC-401, que liga o Distrito Sede aos bairros do norte da Ilha. No que tange ao acesso e à urbanização das regiões de praia na faixa norte do município, vale citar os casos de Jurerê e da Praia Brava, duas das mais valorizadas da Ilha. A praia de Jurerê, anteriormente frequentada pelas classes populares da região, foi totalmente transformada pelo grupo Habitasul em ambiente luxuoso. Já a Praia Brava teve seus terrenos desertos adquiridos pela família Ramos – ligada as oligarquias que tradicionalmente governaram a capital e o estado de Santa Catarina. Na década seguinte, houve a construção de uma estrada que a ligava com Ponta das Canas, o que gerou uma rápida ocupação e supervalorização da área. (CECCA, 1997)

Neste eixo de crescimento, não podemos deixar de citar o desenvolvimento do eixo leste da Ilha de Santa Catarina. Quando houve a mudança de vocação da cidade para o turismo, os balneários receberam atenção como nunca. Nesta época a rodovia SC- 404, que se estendia do Itacorubi à Lagoa da Conceição, foi pavimentada, dando maior suporte ao transporte rodoviário à região e, conseqüentemente, aumento o fluxo de turistas e assentamento de moradores, além de maior oferta de comércio e serviços.

A região sul de Florianópolis quase sempre recebeu pouquíssimo investimento e atenção do poder público em comparação com o eixo centro-leste-norte. Essa falta de interesse explica o grande contraste entre os dois polos da Ilha. Um dos exemplos mais claros da preferência pelo eixo norte em detrimento do sul aconteceu entre 1969 e 1971, quando foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande

Florianópolis. Entre as várias obras previstas no plano estava a construção da Via Expressa Sul. Essa rodovia ligaria a Beíramar Norte e o Centro com o sul da Ilha, além de mudar o eixo de deslocamento centro-UFSC para a saída sul do Centro. Porém, após sucessivas mudanças no Plano por conta da pressão imobiliária, a verba federal que seria destinada à construção da Via Expressa Sul foi repassada para a construção da Via de Contorno Norte-Ilha.

Nas últimas décadas pode-se notar que Florianópolis passou a atrair novos moradores e visitantes. No fim dos anos 1980, passou a ser conhecida como “Ilha da Magia” (mesmo não sendo exclusivamente uma ilha). Após a criação do Mercosul, a cidade também passou a ser considerada a “Capital Turística do Mercosul”, além de sediar um polo de investimentos e indústrias de alta tecnologia (SUGAI, 2015).

Pelas questões geográficas, pelo baixo número de habitantes, pelo número inexpressivo de multinacionais, entre outros fatores, Florianópolis não pode ser considerada uma cidade global e nem aspirante a tanto. Porém, a capital catarinense apresenta vários aspectos comuns a cidades globais, o que a coloca em destaque no cenário nacional e internacional em fatores como: grande número de turistas anualmente, sedes de instituições de ensino e pesquisa, elevada qualidade de vida. Além disso, a quantidade de eventos internacionais no município aumenta a cada ano. Tudo isso com o intuito de colocar Florianópolis competitivamente no grande mercado de cidades, como pregam alguns adeptos do planejamento estratégico, já fundamentado neste trabalho.

O grande apelo midiático acerca das belezas naturais e qualidade de vida visa a superestimar a realidade florianopolitana frente a potenciais investidores de outros estados e países. Além disso, sua titulação de “polo tecnológico” também visa a atrair interessados de várias partes do mundo, como se vê na instalação de sedes de fundações e empresas de alta tecnologia, como o Corporate Park, o Sapiens Park, a Fundação Certi, a MIDI e o projeto da Tecnópolis Campeche, que fazem a Ilha da Magia ser também titulada de “Ilha do Silício”. Aos grandes parques industriais, soma-se a necessidade de fácil deslocamento, com linhas aéreas internacionais em abundância, o que parece estar em andamento com a privatização e ampliação do



Figura 9 - Publicidade de projeto do Sapiens Park exibindo pontos positivos da cidade no que tange à competitividade entre cidades.. Disponível em: <<http://www.sapiensparque.com.br/pt/inicio/>>

Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Com essa análise acerca do histórico de Florianópolis do último século, podemos concluir que seu desenvolvimento é excludente, uma vez que sua imagem é propagada como bela e boa para viver e visitar, visando a entrada de capital e moradores das classes mais altas, enquanto os mais pobres são ocultados de tal realidade e não recebem a mínima atenção necessária do estado. Também pudemos notar que o desenvolvimento se deu de forma desigual, pois os investimentos no eixo central, norte e leste sempre foram mais importantes para o poder público do que os na faixa sul da ilha, com clara intenção de beneficiar especuladores fundiários e imobiliários.

Estudo de Caso: Ala Leste do Centro Histórico de Florianópolis

A área escolhida para o presente estudo de caso abrange a parte leste do centro histórico de Florianópolis. O recorte em questão possui aproximadamente 70 000 metros quadrados de área. Destaca-se pelo número relativamente elevado de edifícios antigos e tombados, bem como o de prédios abandonados ou subutilizados.

Conhecido como Bairro da Pedreira, teve iniciado seu processo de urbanização por conta da proximidade com o Rio da Bulha e de atividades ligadas ao porto e à pedreira que ali existiam. A população que ali residia e trabalhava era majoritariamente pobre e morava de aluguel em cortiços que eram propriedade dos mais abastados, os quais viviam na ala oeste do centro da cidade. Grande parte da população ali residente era de ex-escravos, que:



Figura 10 - Área selecionada para estudo de caso: ala leste do Centro Histórico de Florianópolis. Imagem retirada do site: <http://geo.pmf.sc.gov.br/> - Edições feitas pelo autor.

“Com o fim da escravidão, [...] deixaram as casas de seus donos na cidade e nas chácaras. Esse povo foi para os cortiços próximos à Igreja do Rosário, da várzea da Fonte Grande, nas proximidades da Pedreira, Tronqueira, Beco Sujo ou nos bairros pobres da Figueira e Toca, no interior da Ilha e nos Morros, juntando-se aos que já se encontravam alforriados e que haviam fugido. Nesses lugares passaram a formar comunidades e famílias mais estáveis. Porém, já na primeira década do século XX, a elite da cidade iniciaria um processo de expulsão dessa população.”(SANTOS, 2009)

A faixa oeste logo sofreu com inúmeras epidemias. Com o início das obras de infraestrutura de saneamento básico na região, a população mais pobre foi obrigada a retirar-se. Com o valor elevado dos imóveis e leis que dificultavam o acesso à moradia no local aos menos favorecidos, estes tiveram que procurar abrigo em regiões mais periféricas, como o Morro da Cruz.

Tal projeto de estetização e mudança de classe social dos usuários da Pedreira configura um processo gentrificador na área desde a década de 1910. Diversos prédios de uso institucional se instalaram na região e a tipologia dominante das edificações consistiu em uso do térreo para comércios e serviços e o segundo pavimento residencial.

Sua relação próxima com o mar foi interrompida após a construção do Aterro da Baía Sul, idealizado para dar maior suporte à malha viária. Com esse aumento na importância dada ao transporte rodoviário, instalou-se no Bairro da Pedreira um terminal para o transporte coletivo florianopolitano. Tal equipamento urbano acabou beneficiando a região que viu suas atividades ficarem mais dinâmicas em virtude da grande circulação de pessoas todos os dias.

No ano 2000, o Terminal Cidade de Florianópolis teve seu movimento praticamente extinto por conta da transposição da maior parte de suas atividades para o Terminal Integrado do Centro (TICEN). Essa perda, somada a outros fatores, esvaziou a região, que desde então sofre pela queda no número de usuários e consumidores, pelo descaso do poder público e suas políticas, além do consequente processo de guetificação. Pode-se constatar também que o fato de a região possuir muitos edifícios históricos e tombados dificulta a constituição de empreendimentos de maior porte, geralmente ligados a grandes empresas que, por sua vez, acabam “puxando” investimentos públicos para as regiões onde se instalam, o que pode explicar o histórico desinvestimento na região.

Mesmo “desertificada”, a região possui equipamentos de caráter bem peculiar: bares e restaurantes populares, sebos, brechós, cursos de idiomas e pré-vestibulares, além de comércio de menor porte. A vocação para comércios específicos, a centralidade geográfica estratégica e os baixos preços dos imóveis e aluguéis (em relação à ala oeste do centro) começaram a chamar a atenção da iniciativa privada e do poder público, uma vez que a zona se encontrava abandonada e possuía um “rent gap” (conceito de Smith para o potencial especulativo urbano) altíssimo. Nos últimos anos, iniciativas como a feira Viva a Cidade e o projeto Centro Sapiens têm influenciado diretamente a dinâmica econômica, social, cultural e espacial desta área da cidade.



Figura 11 - Mapa simplificado de usos. Levantado e produzido pelo autor.

A Feira Permanente Viva a Cidade acontece todos os sábados das 9:00 às 16:00 horas nas ruas João Pinto, Tiradentes, Antônio Luz e Victor Meirelles, além de suas transversais. O projeto é uma iniciativa da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis. A feira teve início em 27 de julho de 2013, idealizada pelo então secretário municipal de meio ambiente e desenvolvimento urbano Dalmo Vieira Filho. A iniciativa tinha como objetivo revitalizar a ala leste do centro histórico de Florianópolis e promover sua ocupação durante os fins de semana.

O projeto tem sido executado rigorosamente toda semana desde sua criação, com exceção de alguns dias chuvosos. Pode-se dizer que o Viva a Cidade se consolidou após “sobreviver” à primeira temporada

de verão. Desde então, além das atividades fixas, como a feira de artes e antiguidades, esporadicamente ocorrem feiras de produtos orgânicos, edições com food trucks, intervenções artísticas e culturais, entre outros, além de comemorações de datas festivas, como o aniversário de Florianópolis e o Natal.



Figura 12 - Feira Permanente Viva a Cidade. Imagem produzida pelo autor.

A iniciativa foi muito comemorada no início pelos comerciantes e usuários do espaço. Juntamente com o projeto da feira, havia o interesse de dar novo uso ao Terminal Urbano Cidade de Florianópolis, que, segundo Dalmo Vieira, seria “incorporado ao projeto e transformado em um grande espaço de programação cultural e artística, trazendo ao Centro a humanização e vida que foram sendo perdidas ao longo do tempo”. Atualmente o terminal encontra-se exercendo as mesmas funções da época. Havia também outras pretensões de melhoria da infraestrutura para a área, como afirmou o então gestor de Negócios da Câmara de Dirigentes Lojistas, Hélio Leite: “esta é uma reconquista da cidade. Isso é muito importante para a sequência. Depois virão as obras, as revitalizações, mas o primeiro passo foi dado” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2013). Segundo os comerciantes locais, não houve grandes investimentos do setor público ou intervenções de impacto na região.

Mesmo com a falta de obras permanentes esperadas em função da feira Viva a Cidade, o apoio de órgãos como a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Turismo, Secretaria de Saúde, Polícias Militar e Civil, entre outros, impulsionaram a feira. O apoio e a segurança dados à feira contribuíram para uma pequena, mas significativa mudança no perfil dos

dos usuários do bairro e dos antigos equipamentos e comércios.

A região onde se realiza a Feira Viva a Cidade contava com vários comércios populares, o que caracterizava bem a área e harmonizava com os atrativos da feira. Contudo, observa-se um lento processo de mudança de caráter de alguns dos antigos e tradicionais comércios da Pedreira.

Algumas franquias de grandes marcas como Cacau Show e Subway já figuram entre as ruas da ala leste. Outros pontos tradicionais, como bares da Travessa Ratclif tiveram mudança nos produtos oferecidos e atrações, aumento nos preços e consequente alteração de perfil dos usuários. Somando-se a isso, estabelecimentos de caráter gourmet, como cafés e bares temáticos, começam a criar raízes no lugar, substituindo antigos estabelecimentos tradicionais de “comida de rua barata”, e atraindo novos atores. Podemos citar como exemplos deste processo de gourmetização, os bares X-kebab e Bar da Ilha e o café Tralharia. No mapa a seguir podemos ver um levantamento básico de alguns usos atuais da área, destacando os já apropriados por franquias de grandes marcas, os que ainda mantêm características do comércio popular tradicional e aqueles que começam a se moldar a uma nova tendência de consumidores.



Figura 13 - Franquia de marca internacional de fast food Subway - Foto de Bernardo M. Rocha.

bares temáticos, começam a criar raízes no lugar, substituindo antigos estabelecimentos tradicionais de “comida de rua barata”, e atraindo novos atores. Podemos citar como exemplos deste processo de gourmetização, os bares X-kebab e Bar da Ilha e o café Tralharia. No mapa a seguir podemos ver um levantamento básico de alguns usos atuais da área, destacando os já apropriados por franquias de grandes marcas, os que ainda mantêm características do comércio popular tradicional e aqueles que começam a se moldar a uma nova tendência de consumidores.

A gentrificação é historicamente associada à substituição de comércios, produtos e serviços populares, com raízes bem fortes com o local onde estão instalados, por franquias de grandes marcas e comércios e serviços com preços mais elevados. Outros usos também se inserem numa área em vias de gentrificação, como a exploração do mercado da cultura (não vernacular), da inovação e da economia cognitiva. A esses novos usos estão relacionados conceitos como a “economia hipster”.

Pode-se entender por hipster um grupo de pessoas jovens, profissionais urbanos, de cultura e consumo alternativos, exacerbado saudosismo, além das vestimentas e lugares frequentados, onde buscam se diferenciar de um padrão pré-estabelecido. “Nos espaços ocupados por este público florescem novos restaurantes voltadas para as experiências ‘sensoriais’ da gastronomia, cozinha intuitiva e artesanal” (SOARES, 2016), além dos muito comuns bares e restaurantes estrangeiros. Onde os hipsters se instalam também é comum, devido a seu saudosismo, lojas de antiguidades, sebos, estúdios de tatuagem, pubs temáticos, brechós, entre outros que já podemos encontrar no bairro da Pedreira.



Figura 14 - Mapa de usos tradicionais e novos- levantado e produzido pelo autor.

Juntamente com todos esses equipamentos peculiares, a economia hipster dissemina pequenas empresas voltadas para a área de tecnologia, inovação e marketing nessas áreas - as startups. Pode-se afirmar que esse movimento parece estar acontecendo na ala leste do centro histórico de Florianópolis, ou pelo menos que está sendo incentivado.

A gentrificação é historicamente associada à substituição de comércios, produtos e serviços populares, com raízes bem fortes com o local onde estão instalados, por franquias de grandes marcas e comércios e serviços com preços mais elevados. Outros usos também se inserem numa área em vias de gentrificação, como a exploração do mercado da cultura (não vernacular), da inovação e da economia cognitiva. A esses novos usos estão relacionados conceitos como a “economia hipster”.

Pode-se entender por hipster um grupo de pessoas jovens, profissionais urbanos, de cultura e consumo alternativos, exacerbado saudosismo, além das vestimentas e lugares frequentados, onde buscam se diferenciar de um padrão pré-estabelecido. “Nos espaços ocupados por este público florescem novos restaurantes voltadas para as experiências ‘sensoriais’ da gastronomia, cozinha intuitiva e artesanal” (SOARES, 2016), além dos muito comuns bares e restaurantes estrangeiros. Onde os hipsters se instalam também é comum, devido a seu saudosismo, lojas de antiguidades, sebos, estúdios de tatuagem, pubs temáticos, brechós, entre outros que já podemos encontrar no bairro da Pedreira. Juntamente com todos esses equipamentos peculiares, a economia hipster dissemina pequenas empresas voltadas para a área de tecnologia, inovação e marketing nessas áreas – as startups. Pode-se afirmar que esse movimento parece estar acontecendo na ala leste do centro histórico de Florianópolis, ou pelo menos que está sendo incentivado.

Com o objetivo de promover a economia criativa e revitalizar o bairro da Pedreira, foi lançado em 2015 o Centro Sapiens. Essa parceria público-privada visa transformar a área central leste do centro histórico em um espaço dinâmico, um “polo de inovação voltado ao turismo, gastronomia, moda, artes, design e tecnologia”, segundo o site do projeto. Com o intuito de atrair jovens empreendedores do ramo da tecnologia foi criado um projeto de lei que isenta de IPTU as empresas deste ramo – as startups – interessadas em se instalar na região. Esse projeto é vinculado ao Sapiens Parque - um parque de inovação situado na rodovia SC-401, em Florianópolis.

No evento de lançamento do projeto, o então prefeito de Florianópolis, Cezar Souza Júnior, defendeu a proposta:

“A área leste estava degradada física e economicamente, assim como em outros grandes centros do Brasil. Com o Centro Sapiens, e até mesmo antes dele, começamos a ouvir a cidade. Os comerciantes já perceberam mudanças com a implementação do Viva a Cidade, com a reabertura do novo Mercado Público, e agora estamos a um passo de entregar o Museu de Florianópolis, na antiga Casa de Câmara e Cadeia, além de revitalizar o Museu Victor Meirelles. Mas não adianta mexer na infraestrutura local se não modificarmos e dinamizarmos a economia do ambiente. Por isso, precisamos incentivar esta economia criativa, tecnológica, a se instalar na região, dando vigor e vida ao Centro” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015)

A instalação de startups na área divide opiniões, uma vez que a ideia parte da premissa de que o local se encontra “sem vida”, “abandonado”, o que é bem discutível. Outro ponto polêmico diz respeito

à própria vocação das startups em conflito com a que a área possui, o que poderia levar a uma descaracterização da região em detrimento de novos interesses da classe dominante. A histórica oferta de comércios e serviços populares sobrevive no bairro, mesmo sem apoio do Estado, o que também levanta o questionamento do porquê de novas empresas com viés mais elitizado receberem isenções de impostos, enquanto os tradicionais bares, lojas de móveis usados, brechós, sebos, etc. continuam pesadamente onerados pelo município.

Para além destas discussões, as startups oferecem pouco contato entre os atores urbanos, pois a maior parte dos serviços oferecidos por elas é virtual, não havendo a necessidade do contato pessoal direto, como ocorre nos comércios mais tradicionais da região. Segundo o texto do projeto de lei “IPTU ZERO para Startups”, serão consideradas empresas deste setor e poderão requerer a isenção do imposto as que oferecerem serviços como:

- Serviços de e-mail, hospedagem e desenvolvimento de sites e blogs;
 - Comunicação pessoal, redes sociais, mecanismo de buscas, divulgação publicitária na internet;
 - Distribuição ou criação de aplicativos e software original por meio físico ou virtual para uso em computadores ou outros dispositivos eletrônicos móveis ou não;
 - Produtos e serviços na área de games, mídias digitais, design e cultura;
 - Atividade de pesquisa, desenvolvimento ou implementação de ideia inovadora ou modelo de negócios baseado na internet e nas redes telemáticas.
- (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015)

Além da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, a instalação do Centro Sapiens visa atrair melhorias para a área como o cabeamento elétrico subterrâneo, novo calçamento, rede wi-fi gratuita e um plano urbanístico total para a região em questão. Tais melhorias, apesar de parecerem poucas, seriam de grande impacto para a região que, mesmo em situação geográfica estratégica e com grande potencial, encontra-se esquecida há muito tempo pelo poder público. Porém, isso iria de encontro com o processo de gentrificação que estudiosos apontam como perigosa para o bairro da Pedreira.

Em entrevista ao jornal Notícias do Dia, José Eduardo Fiates - diretor executivo do Sapiens Parque – defende que “Florianópolis siga a tendência de parques de inovação, como a região de Soho, em Nova York, e Notting Hill, em Londres”, uma vez que “temos uma demanda muito grande de empresas de tecnologia em Florianópolis que querem se instalar em lugares mais centrais, e a cidade não tem tantas opções”.

Indo de encontro à ideia de que as propostas do Centro Sapiens tenderiam à expulsão dos tradicionais usuários do bairro, os próprios parques de inovação citados por Fiates (Soho e Notting Hill) são exemplos clássicos da literatura que trata do tema gentrificação.

Já o coordenador do Centro Sapiens, Luiz Salomão Ribas, em outra entrevista, defende o projeto também citando como referência outro caso clássico de gentrificação no mundo, Barcelona:

“Eu gosto muito de Barcelona, sabe? Acho que a praça XV podia ser como a La Rambla, um lugar onde tudo acontece. Imagino uma coisa assim: todas aquelas casas históricas pintadas nas cores originais, os barzinhos abertos em tempo integral, os museus funcionando, a feira Viva a Cidade ativa. E muito movimento, as pessoas passeando por ali, com guias de turismo e tudo mais.”
(TERNES, 2016)

A transformação da ala leste do centro histórico em um polo tecnológico conflita com a busca pela diversidade urbana. Entende-se que a diversidade de atores e funções de uma dada área urbana, principalmente as mais centrais, é extremamente importante para a vitalidade da urbe, uma vez que a saudável convivência com as diferenças promove um contraste positivo, enquanto a padronização tende à exclusão daqueles que não se adéquam à monofuncionalidade estabelecida. Um polo tecnológico engloba atividades muito específicas, necessitando de mão-de-obra especializada e voltada a um público restrito.

Pode-se afirmar que a área em estudo apresenta relativa diversidade, mas mais que isso, possui a maior partes dos atributos necessários para promovê-la. Segundo Jane Jacobs, para que uma dada área esteja apta a gerar diversidade, são indispensáveis quatro condições: I) “o distrito [...] deve atender a mais de uma função” [...]; II) “a maioria das quadras deve ser curta [...] e as esquinas devem ser frequentes”; III) ...“combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados[...]; IV) “deve haver densidade suficientemente alta de pessoas [...]”. Com exceção à densidade demográfica suficiente, os outros três requisitos são cumpridos pela região. Como aumentar a densidade da região é possível e relativamente simples de fazer, acreditamos que a diversidade plena também seja.

Este conflito entre padronização e promoção da diversidade não deve ser encarado como dual, ou seja, que as duas partes pensem completamente diferente, ou mesmo que só hajam duas visões acerca do lugar. O interesse pela área, por exemplo, tem origens parecidas: a região encontra-se bem localizada, com muito potencial, mas em situação precária. A precariedade é explorada como motivo para intervenções que revitalizem o local, mas sem levar em conta o principal questionamento

sobre as melhorias trazidas por tais projetos: para quais cidadãos elas seriam feitas? Presumidamente não seriam contemplados com as melhorias os atuais estabelecimentos humildes e singelos, muito menos comerciantes ambulantes, flanelinhas, moradores de rua, profissionais liberais do sexo e outros cidadãos ditos “invisíveis”.

Como já viu-se neste estudo, a ideologia tem um papel importantíssimo neste ciclo, amplificando o que há de relativamente ruim e ocultando as qualidades, potencialidades e impactos negativos de futuros projetos de requalificação do espaço. Assim, o aburguesamento da área, após décadas de esquecimento e degradação, pode ser entendido como benéfico por muitos, pois a estes usuários, outro fator contribui para essa visão distorcida e manipulada de que o lugar se encontra desertificado: os espaços ociosos.

De fato, a Pedreira se encontra com muitos imóveis vazios ou subutilizados, como podemos ver no mapa a seguir. A ocupação desses espaços poderia ser benéfica para a região, aumentando o fluxo de transeuntes e de consumidores. Sobre a inutilização desses diversos espaços, surge a dúvida sobre o porquê desse problema. Uma das hipóteses é a do fato de que o país se encontra em crise econômica e, tanto consumidores quanto empreendedores, estão receosos em comprar e investir. A isso, soma-se a preocupante estatística brasileira de que 60% das empresas fecham as portas até o segundo ano de atividade (G1, 2010), o que explica a grande rotatividade de comércios na região. Outro fator levantado pelos comerciantes é a falta de segurança na região, que contribui para o aumento dos roubos, furtos e consequentes prejuízos. Porém, com o grande interesse de certos setores pela área, com um possível sucesso de projetos do Centro Sapiens, entre outros fatores, não deve-se descartar a hipótese de proprietários de imóveis inutilizados estarem simplesmente especulando à espera de intervenções que venham a aumentar o valor de seus bens e aluguéis.



Figura 15 - Mapa de imóveis subutilizados. Levantado e produzido pelo autor.

Como viu-se na primeira parte deste estudo, existe um ciclo histórico de investimento-desinvestimento-reinvestimento em áreas urbanas nas quais se almeja especular. É importante ter ciência que este processo não é natural, mas deliberado. A ala leste se encontra há muito tempo na fase do desinvestimento e a existência de imóveis atualmente vazios está ligada diretamente à falta de investimento na região e consequente baixa rentabilidade de negócios a serem instalados. A fixação de uma imagem de deterioração e abandono no imaginário social é importantíssima para adentrar à fase de reinvestimento, valorizando a área em questão e sendo comemorada por quem “sobreviveu” ao desinvestimento – ainda que estes possam não continuar na área e usufruir desse reinvestimento.

Quando questionados sobre o termo gentrificação, os comerciantes

da região, em geral, admitem nunca ter ouvido falar sobre. Após explicação acerca do processo, perguntou-se se acreditam que isso esteja ocorrendo na área e a maioria respondeu negativamente. Já quando indagados se melhorias trazidas para a Pedreira poderiam ameaçar sua permanência ali, a maior parte afirma ser impossível, tamanha a descrença que o poder público possa investir na região, visto que o abandono só se agrava. Porém, alguns afirmam que já há lugares em que o preço dos aluguéis e condomínios subiram absurdamente nos últimos anos, como é o caso do Centro Comercial da Ilha, recentemente reformado.



Figura 16 - Centro Comercial da Ilha antes e depois da reforma. Fotos retiradas do google.maps e de autoria de Bernardo Rocha, respectivamente.

O número de imóveis reformados recentemente ou em reforma atualmente chama a atenção. Contudo, isso não pode ser relacionado diretamente com a gentrificação, ou à influência de eventos como a feira Viva a Cidade e projetos como o Centro Sapiens – hipóteses que também não devem ser descartadas. Os imóveis na região, em geral, são alugados e, segundo os comerciantes, o descaso com a área também parte dos próprios locatários. Vários inquilinos relatam problemas de ordem técnica, como infiltrações e quedas de energia, o que provoca o desinteresse em alugar estes espaços e acarreta uma redução do preço dos aluguéis. Assim, pode-se concluir que estas reformas partem de um problema pontual, que visa um aumento na rentabilidade dos locatários e a firmção de contratos mais rapidamente, mas que não estão descolados de um processo mais amplo, que acaba por restringir o acesso a esses imóveis a comércios de maior poder econômico.

Essa renovação nos imóveis e seus usos tende a se intensificar. Isso ocorrerá num ciclo contínuo: à medida em que forem se instalando estabelecimentos voltados para um público de maior renda, a região receberá maiores investimentos públicos em infraestrutura e atrairá novos investidores, que reivindicarão novos investimentos públicos na área e assim sucessivamente. Não necessariamente ocorrerão nessa ordem os acontecimentos, mas é inegável que estão interligados. Quanto

maior a renda, maior o poder, a influência e o acesso aos gestores públicos responsáveis pelos investimentos. E quanto maior a procura por imóveis na região, mais caros ficam os aluguéis, os produtos e serviços e o custo de vida em geral.



Os atuais atores da ala leste são, em suma, de renda menos elevada. Estes não possuem muita influência na política e tem acesso limitado à mídia. Uma organização comunitária forte, democrática e engajada poderia mudar os rumos da área. Porém, após as consultas feitas a comerciantes e usuários, ficou clara a falta de senso de comunidade na região. Muitos se queixam de concorrentes que tentam atrapalhá-los de alguma forma e alguns acusam, inclusive, furtos de materiais em seus estabelecimentos a mando de outros do mesmo setor. Existem inúmeros conflitos de ordem política quanto ao CDL, vereadores e à prefeitura. Além disso, os comerciantes que vislumbram algum tipo de iniciativa comunitária e popular independente do Estado frustram-se com os colegas que acabam se apegando mais a promessas de agentes públicos do que a união de todos em busca de melhorias para a Pedreira.

Um ponto muito reivindicado pela comunidade, mas cujo conceito é contrastante entre eles, é a segurança. Muitos estabelecimentos têm sofrido com furtos e assaltos nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a quantidade relativamente elevada de bares e cursos em funcionamento

no período noturno também qualifica a região como mais segura que a ala oeste por alguns usuários. O que poderia explicar este contraste de opiniões é o fato de o movimento noturno oferecer maior sensação de segurança e ocorrer justamente nesta região pelo fato de ser pouco populosa. O baixo número de moradores do movimento nesse período do dia menos incômodo que em outras localidades. Porém, essa liberdade para atividades durante a noite vem do mesmo berço que a grande quantidade de moradores de rua, usuários de droga e outras minorias: ser um recorte “invisível” do centro da cidade.

Considera-se que não exista relação direta entre estas minorias marginalizadas e a criminalidade na região, mesmo que essa relação seja constantemente levantada pelos comerciantes. O que busca-se levantar aqui são os motivos para esses sentimentos conflituosos de segurança e insegurança ao mesmo tempo, no mesmo espaço, por atores distintos. Mesmo a elevada movimentação noturna na Pedreira possui horário para terminar, o que pode explicar esse fenômeno. A baixa concentração de moradia não permite que existam os chamados “olhos da rua” na área. Logo, pode-se chegar a conclusão de que até determinado horário – de funcionamento de bares e cursos – a ala leste é considerada segura. Após esses horários, o abandono é completo e a sensação de insegurança toma conta.

Obviamente, esse esvaziamento e conseqüente sensação de insegurança de madrugada não são exclusividade da ala leste do centro histórico de Florianópolis ou de regiões em degradação. “O problema da insegurança [...] é tão sério em cidades que empreenderam iniciativas de revitalização conscientes quanto naquelas que ficaram para trás. E [...] não resolve nada atribuir a grupos minoritários, aos pobres ou aos marginalizados a responsabilidade pelos perigos urbanos” (JACOBS, 2000). O que se observa, porém, é que a sensação de insegurança relatada pelos usuários da região se expressa intimamente ligada à presença destes cidadãos marginalizados. Essa sensação se constitui a partir de um ideário de modelo higienista de cidade, somado à falta de moradores e cidadãos “visíveis” circulando em dada região, além dos preconceitos já enraizados, mas por vezes silenciosos, de ordem classista e racista.

Dito isto, pode-se concluir que a ala leste necessita de ocupação, tanto de moradores, quanto de comerciantes e usuários esporádicos de diversos grupos sociais, em horários diversos do dia. Por motivos já explanados, não há como vislumbrar a ocupação de imóveis privados em atual desuso de forma imediata. Porém, os imóveis públicos podem e devem ser reabertos e reutilizados o mais rápido possível. Assim sendo, a região da Antiga Pedreira em breve poderá contar com a reocupação de importantes equipamentos urbanos que estão fechados ao público há bastante tempo: a antiga Casa de Câmara e Cadeia e a

Escola Estadual Antonieta de Barros.

A antiga casa de Câmara e Cadeia está sendo reformada desde 2007 e, após vários adiamentos, teve seu prazo de entrega marcado para junho de 2017. Após a reforma, o edifício sediará o Museu da História da Cidade, o qual será administrado pelo SESC de Santa Catarina. Já a antiga Escola Estadual Antonieta de Barros está fechada há 8 anos, com apenas uma parte de seu terreno funcionando como estacionamento. Em abril de 2017, o Governo do Estado cedeu o imóvel à Assembleia Legislativa, que se responsabilizou por reformá-lo para sediar a Escola do Legislativo.



Figura 17 - Situação atual do antigo colégio Antonieta de Barros. Foto por: Roque Rosseto/Arquivo Pessoal Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/04> >

Sem entrar nos méritos dos processos burocráticos, acredita-se que a abertura e ocupação desses espaçosos serão benéficos para a vida urbana da ala leste, mesmo com usos questionáveis. A Escola do Legislativo poderá fomentar o comércio em seu entorno imediato, assim como aumentar o fluxo e a permanência de pessoas nessa área, cuja negativa é apontada como uma das maiores geradoras de insegurança mesmo durante o dia. O mesmo poderá ocorrer com o Museu da História da Cidade, que atrairá também usuários de outros lugares e de várias idades, fomentando a diversidade.

Aos poucos a ala leste vai ganhando notabilidade e sendo palco

de intervenções pontuais por conta do poder público, porém sem um alcance amplo e de forma muito lenta. As decisões tomadas geralmente esbarram na burocracia e falta de vontade política, o que acabam deixando lenta a execução de projetos de revitalização, resignificação, restauração, etc. Não há como prever se essas intervenções gerarão a curto prazo algum impacto forte na região. Porém, não deve-se deixar de acompanhar e fiscalizar como ocorre esse processo.

Pode-se concluir que a região da antiga pedreira não está em processo de gentrificação consolidado. Contudo, observa-se uma mistura do que Ruth Glass observou em Londres e da primeira fase da gentrificação de Neil Smith, a gentrificação esporádica. Mesmo sem um grande sucesso da feira permanente Viva a Cidade, sem a instalação imediata das startups e os consequentes investimentos puxados pelo Centro Sapiens via parcerias público-privadas, é nítido que os imóveis têm sido reformados/restaurados e que isso tem influenciado na dinâmica da região. Uma pequena mudança no caráter de comércios abertos recentemente e do estilo dos usuários também se faz presente atualmente.

A lenta substituição dos atores da área tem a ver com o aspecto cultural da gentrificação. A hipsterização da Pedreira se deve ao seu relativo movimento noturno, ao número elevado de museus, construções antigas e tombadas, comércios específicos dificilmente encontrados em outras regiões (sebos, brechós, lojas de antiguidades), além de estabelecimentos que já começam a considerar rentável servir a este novo público.

Estas mudanças estão acontecendo ainda de forma espontânea. Porém, como já explicitado nesse estudo, é quase inevitável que o reinvestimento ocorra na região e que, conseqüentemente, possa ameaçar a permanência dos atuais atores. O atual abandono da região por parte do poder público e a conseqüente descrença no Estado fazem parte da lógica liberalizante e privatista. Tal ideologia encontrada em consulta aos comerciantes revela uma espécie de desesperança completa no futuro da área, o que os levaria a uma rápida aceitação de projetos higienistas, elitistas e gentrificadores.

Como este trabalho visa propor soluções para a temática “gentrificação” no presente estudo de caso, as propostas serão feitas de modo a prevenir a Antiga Pedreira deste futuro problema. Para melhor embasar as propostas, vale a pena buscar referências de projetos que já ocorrem em outros lugares do Brasil e do mundo que sofrem com o processo.

Referências de Modelos de Combate à Gentrificação

Propor soluções urbanísticas para a problemática do processo de gentrificação é algo extremamente delicado. Projetos de revitalizações, intervenções urbanas que visem reutilizar espaços residuais, ressignificações, entre outros, mesmo com as melhores intenções podem gerar exclusão ou potencializar processos gentrificadores. O tema do presente trabalho ainda é pouco abordado, principalmente no Brasil. Ao redor do mundo, poucas são as medidas tomadas visando reverter, amenizar ou prevenir este processo.

Existem algumas iniciativas neste sentido, que podem ser de grande porte, tomadas pelo poder público, e medidas mais pontuais, que podem ser feitas por grupos de ativistas, artistas, moradores ou usuários de certos espaços. Estas medidas pontuais não são capazes de reverter o processo de gentrificação, mas conseguem atrair atenção para o problema e inflamar o debate sobre ele. Geralmente se dão por meio de pixações e outras intervenções artísticas denunciando o tema, ações que vão contra o processo de higienização social, principalmente dando visibilidade aos cidadãos invisibilizados, ou mesmo a destruição de símbolos marcantes deste processo.

Entre estas ações pontuais, vale citar alguns: O renomado grafiteiro Blu decidiu apagar suas obras das paredes de apartamentos em Bolonha, na Itália, que julgava estarem sendo responsáveis pela supervalorização dos imóveis e conseqüente gentrificação; em Londres, os autointitulados “revolucionários negros de Londres” que destroem artefatos antimendigos e induzem os estabelecimentos a se retratarem por utilizarem tais estruturas; além de projetos como os de geladeiras solidárias que, mesmo não tendo como objetivo principal a luta contra a gentrificação, acabam por dar notoriedade e primar pela permanência dos moradores de rua em diversos centros urbanos do Brasil e do mundo.



Figura 18 - Blu apagando seu próprio grafite em Bolonha- Disponível em: <<http://www.huffpostbrasil.com/2016/03/14/>>

Entre as iniciativas de maior porte e alcance, podemos citar algumas prefeituras, como a de Paris, Berlim, Madri e Barcelona que já tomaram ou estudam medidas para combater a gentrificação. Algo que todas as medidas estudadas têm em comum é a forte intervenção estatal. Além disso, existe a consciência de que o acesso universal à moradia é algo a ser seguido muito antes de lidar com processos segregatórios, mas que, uma vez consolidado, é um importante fator na luta contra a expulsão dos habitantes de classe social mais baixa.

Em Paris, “através de um comunicado oficial, o governo regional anunciou uma lista de 257 endereços - 8.021 apartamentos - onde a prefeitura terá o direito de impedir a venda dos imóveis com a finalidade de convertê-los em moradias subsidiadas” (VALENCIA, 2017). Com essa medida, o proprietário interessado em vender seu imóvel na área demarcada deverá oferecê-lo primeiramente ao estado, que oferecerá o valor de mercado. Caso não haja acordo entre as partes interessadas, o proprietário pode tentar vender seu imóvel acima do valor oferecido pelo governo por via judicial.

Berlim possui a incrível marca de 85% da população morando em imóveis alugados. Com essa realidade, alguns bairros são vítimas de gentrificação a partir do aumento no preço dos aluguéis. Para tentar frear esse processo, a prefeitura instituiu um teto para o aumento anual

dos aluguéis de imóveis de determinadas regiões que sofrem com esse processo: os imóveis não podem ter o valor de sua mensalidade aumentado em mais de 10% ao ano acima da inflação. Como todos os novos contratos de aluguéis têm de passar pelos órgãos públicos competentes, o que faz com que os locatários procurem brechas para não respeitar a lei. Além de precisar de mais fiscalização, a lei também é branda com edifícios novos e reformados, isentando-os desses deveres. Mas apesar de haver problemas e pendências, o esforço da capital alemã em barrar a gentrificação deve ser reconhecido, e seu reconhecimento e possível eficácia só serão possíveis daqui certo tempo.

Em Barcelona, a prefeita Ada Colau pretende negociar com os bancos o fim dos despejos relativos ao não pagamento de dívidas. No mesmo sentido, existe a ideia de que as residências já tomadas pelas instituições bancárias sejam usadas pela prefeitura para sanar problemas com habitação para as classes de menor renda, via aluguel social. Além destas medidas, uma solução parecida com a tomada em Paris também está sendo estudada, mas de início, parece muito mais radical do que a utilizada na capital francesa: tornar a cidade inteira zona de preempção, ou seja, que todos os donos de imóveis interessados em vendê-los teriam que os oferecer primeiramente à prefeitura, antes de colocá-los no mercado imobiliário formal. Já em Madri, as medidas tomadas ainda estão tímidas, mas têm uma peculiaridade muito importante: foram escolhidas por voto popular. A proposta que está em curso é a destinação de uma boa fatia do orçamento para evitar despejos e propor alternativas para o déficit habitacional na cidade.

Mesmo não se tratando de medidas contra a gentrificação, acredita-se que processos participativos de planejamento são importantes para uma resistência organizada ao processo. Algumas iniciativas nesse sentido podem ser citadas: o orçamento participativo de Porto Alegre (1989), o programa PREZEIS em Recife (1987) e o próprio Estatuto da Cidade (2001), que estabelece a obrigatoriedade de planos diretores para municípios com população maior do que 20 mil habitantes, executados de forma participativa e que promovam uma gestão democrática da cidade.

O Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre foi conquistado mediante pressão das camadas populares que exigiam poder decidir quais os destinos das verbas municipais. O cidadão tinha direito ao voto sobre a destinação dos investimentos públicos mediante a presença nas chamadas “plenárias regionais”, que ponderavam o número de votos e a localidade onde os votantes residiam. Após isso, delegados eram eleitos em cada região da cidade para compor o Conselho do Orçamento Participativo, que deliberava mais especificamente a direção das verbas do município. Tal prática tem reconhecimento mundial na área de gestão pública.

Já o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), em Recife, se tratou de um instrumento dentro do Plano Diretor Municipal. O PREZEIS visava facilitar a regularização fundiária de zonas que se tornassem de interesse social. Apesar de não ter conseguido um grande sucesso e implementação, representou um grande avanço para a época, no que tange à priorização de determinadas camadas da sociedade e do tecido urbano. Os instrumentos inclusivos e progressistas do Estatuto da Cidade são citados ao longo do texto e, portanto, não serão aqui explicitados. Porém, diversos deles podem ser usados em eventuais medidas contra a gentrificação.

No Brasil, ao que parece, o processo de gentrificação ainda não chama tanto a atenção quanto problemas mais urgentes, sendo pouco abordado em políticas públicas, estudos acadêmicos e lutas sociais. Nem a conotação negativa do termo é unanimidade, como já explicitado em alguns exemplos neste texto. Muitos casos no Brasil são reconhecidos por estudiosos do assunto como exemplos do processo de gentrificação em cidades brasileiras, como: o Pelourinho, em Salvador; a cidade de Paraty, no Rio de Janeiro; o chamado Recife Antigo, na capital pernambucana; o morro do Vidigal, na cidade do Rio de Janeiro; o 4º Distrito, em Porto Alegre, entre outros. Porém, mesmo nesses casos mais tradicionais existe discordância e, pela falta de dados sobre o tema, muito do que se prega a favor ou contra se trata de mera especulação. O que se pode concluir é que, se ainda não existem áreas gentrificadas no Brasil, ou se elas não seguem o processo descrito por Smith e Ruth Glass, não significa que não deva haver preocupações com o problema, mas sim que devam haver planos para evitá-lo.

Propostas para a Região do Estudo de Caso: a Busca pela Cidade Popular

Após tantas análises e avaliações sobre o tema e suas variáveis, uma pergunta ainda fica difícil de ser respondida: existem freios, antídotos ou atos preventivos para o processo de gentrificação? Em caso positivo, o segundo questionamento a ser feito é: como seria feito, se qualquer intervenção urbana visando a melhoria da qualidade de vida e do espaço para as pessoas pode facilmente ser apropriada e não surtir efeito, ou pior, potencializar o processo? Para este questionamento, a princípio, não há respostas, pelo menos simplificadas. Obviamente, deixar sem amparo uma comunidade que sofre pelo abandono, descaso do poder público, deterioração constante, etc. não seria uma forma de combate ao processo.

Algumas questões ficaram claras após este estudo sobre o processo de gentrificação: I) o problema é radical e complexo, logo, as soluções têm de necessariamente ser estruturais, não pontuais; II) soluções tecnocráticas provavelmente não surtirão efeito. A população envolvida diretamente pelo problema deve poder decidir minimamente o que há de ser feito; III) o acesso aos direitos básicos é fundamental para a garantia do acesso aos espaços. Moradia, ir e vir, saneamento, etc. devem ser almejados até serem garantidos de fato; IV) não há como esperar que a iniciativa privada ou sua parceria com o Estado o façam. A solução se dará por políticas públicas, amplamente amparadas pelo apelo popular.

Todas estas questões têm relação conflituosa com os conceitos de “cidade-empresa” e “cidade-mercadoria”. Considerando esses dois termos danosos à vida urbana e à diversidade que buscamos nos espaços projetados, questiona-se qual modelo deveríamos buscar em contraposição aos aqui postos. Assim, no presente trabalho, o desejo por uma cidade justa, inclusiva, diversificada, acessível e saudável tomará forma na busca por uma “Cidade-popular”.

A Cidade-popular não é utópica, ou como alguns autores colocam, uma cidade ideal. Ela se baseia em referências que já testadas pelo mundo e em leis nacionais específicas que deveriam garantir sua existência na prática. Acredita-se que não há cidades sem conflito no atual sistema político e econômico. Porém, deixar esses conflitos cada vez mais explícitos faz parte do processo de busca pela cidade-popular, uma vez que quanto mais consciência de seus direitos e deveres – e das desigualdades entre os cidadãos quanto a esse assunto – mais uma comunidade está apta a reivindicá-los, construir coletivamente esta cidade e exercer sua cidadania plena.

Neste conceito de cidade, os atores principais são os usuários e o planejamento deve primar pelo bom senso e o atendimento dos interesses comuns. Recortes como o feito para este estudo devem considerar e unir todo o seu entorno e a cidade, pois um projeto voltado para dentro de si não impactaria a vida urbana de fato. A região em questão necessita de um projeto voltado à sua sustentabilidade, com a manutenção de seu caráter popular e simples, em contraposição aos interesses de revitalização da área com consequente elitização. Vale a alusão desse projeto urbano aos projetos de revitalização de conjuntos habitacionais expostos por Jane Jacobs, que pregava que:

“Esses projetos precisam ser recuperados como se faria com qualquer outro cortiço. Isso significa [...] que eles precisam fazer com que seus moradores neles permaneçam por livre escolha. Isso quer dizer que eles devem ser seguros e também viáveis para a vida urbana. Precisam [...] de personagens públicas informais, espaços públicos vivos, bem vigiados e usados com constância [...] e inter-relação de usos com as pessoas de fora. [...] precisam adquirir as virtudes de uma estrutura urbana sadia”(JACOBS, 2000).

Essa alusão reflexiva leva a entender que a construção de uma Cidade-popular e a luta contra a gentrificação não devem se pautar somente na manutenção dos que ali viviam antes de um projeto de revitalização, mas que esses benefícios adquiridos possam ser usufruídos em sua totalidade por quem optou por permanecer, sejam moradores, comerciantes, prestadores de serviços ou usuários esporádicos. Um projeto de cidade como este é longo e difícil, conflita com os interesses de pessoas poderosas, mas torna-se possível a medida em que se difunde esta ideia.

Entre os empecilhos para a criação de uma Cidade Popular já citados neste trabalho, sem dúvida, o atual funcionamento do Estado deve ser o primeiro a ser analisado e modificado. No modelo de sociedade atual, somente o Estado pode regular distorções promovidas

pelo sistema capitalista. Deve-se sempre partir da premissa de que, na cidade, “a produção do espaço é social, (mas) o processo de apropriação da valorização do solo, regido somente pelas leis de mercado, é privado” (PIMENTA, 2005), o que leva a distorções no provimento de direitos básicos à toda a população. A ala leste do Centro Histórico de Florianópolis foi submetida ao processo de investimento-desinvestimento-reinvestimento, segundo a lógica privada, mas com apoio e recursos do poder público. Somente com uma mudança drástica de postura e prioridades por parte do poder estatal poderemos vislumbrar uma Cidade Popular.

Esta mudança de postura e inversão das prioridades será possível com um grande apelo popular. Para tanto, é necessário que a comunidade seja unida, organizada e combativa. Porém, como já analisado, não há um forte senso de comunidade na ala leste. Isso deve ser construído e consolidado antes de o processo de gentrificação ocorrer de fato. Propõe-se então, medidas de dimensões micro e macro, de curto, médio e longo prazo que visam criar um processo inverso ao da gentrificação e que garantam a construção desta cidade-popular.

As propostas serão dispostas em várias frentes. Primeiramente se darão em ações pontuais que empoderem os comerciantes da área e lhes dêem maior autonomia. Em seguida, será proposto um modelo de organização comunitária de planejamento da região, em que moradores e comerciantes possam democraticamente escolher os rumos que a área tomará daqui em diante e em que suas escolhas sejam levadas a uma instância maior de decisão. Por último, serão sugeridas ações estatais de maior porte, alcance e complexidade, que constituam o planejamento e gestão da ala leste sob uma perspectiva de longo prazo. Ouvindo todas as partes interessadas no processo, o planejamento e execução de políticas públicas e projetos urbanos se dará da forma mais democrática possível, condição essencial para a criação de uma Cidade-popular. Todas estas propostas em todas as suas instâncias se darão, é claro, de forma simultânea e coordenada, (não linear) como ilustrado no esquema abaixo, que expõe algumas proposições e suas interligações com outras esferas, prazos e abrangência.



Figura 19 - Esquema da interligação entre as propostas. Porduzido pelo autor.

Intervenções pontuais

Apesar de concluir-se que o problema da gentrificação é estrutural e sua solução também deveria ser, acredita-se que um processo de contra-gentrificação passa por vários estágios, sendo um deles o empoderamento dos que se encontram na região no momento de desinvestimento. Para tanto, foram levados em conta sugestões dos próprios comerciantes e usuários, bem como referências de propostas ainda em projeto ou já executadas

- **Coibição da circulação de automóveis**

Apesar de não possuir ruas asfaltadas e seus leitos carroçáveis serem disputados entre carros e pedestres (em muitos lugares as calçadas não comportam o trânsito de pedestres), a circulação de automóveis na região é relativamente alta. Apenas na rua João Pinto, por ter seu calçamento tombado, é proibida a circulação de automóveis em toda sua extensão,

excetuando o trânsito de caminhões de coleta de lixo. Outras ruas são parcialmente fechadas para carros, como a Saldanha Marinho e Victor Meirelles. As demais atualmente são fechadas aos sábados em virtude a Feira Permanente Viva a Cidade.

Propõe-se então, um modelo viário que reduza a quantidade de automóveis na região, tal qual já feito aos sábados. Como a intenção não se pauta puramente na “perseguição ao automóvel”, uma pequena parte dentro do recorte proposto permitiu a circulação de veículos e permissão para estacionar, como já ocorre hoje em parte da rua Victor Meirelles e das ruas Nunes Machado e General Bitencourt. A rua de acesso à Travessa Ratclif também ficará sujeita à circulação de veículos esporadicamente, para dar suporte à distribuição de produtos aos comércios locais. As outras vias serão completamente livres do automóvel, inclusive para recolhimento do lixo. As avenidas que circundam a região permanecem com seu trânsito habitual e as internas que possuem moradia com garagem tem a circulação autorizada somente para a entrada e saída das residências.



Figura 20 - Mapa de proposta de uso das vias. Produzido pelo autor.

Com isso, espera-se que as vias sejam mais preservadas. A troca do trânsito rápido do automóvel pelas caminhadas, ou mesmo voltas de bicicleta pela região, proporcionarão um melhor aproveitamento da ambiência da área, bem como a familiarização e consequente sentimento de pertencimento ao lugar. Assim, a população local aumenta seus vínculos e se permite criar laços que potencializem seu senso de comunidade.

• **Reparos no Calçadão da Av. João Pinto**

Muito relatado pelos comerciantes da rua João Pinto, seu calçamento deve ser restaurado, pois encontra-se com grande desnível. Apesar de tombado, a obra não é de grande complexidade. Tal intervenção visa somente nivelar a rua e assim mantê-la. Para tanto, será necessário vetar a passagem de quaisquer veículos na área. Atualmente a ComCap faz a coleta dos resíduos sólidos diretamente passando pelo calçadão. Porém, anos atrás, os próprios comerciantes e moradores se responsabilizavam por acumular o lixo em lugares adequados para serem transportados até o local mais próximo percorrível pelo caminhão de coleta, o que prova que a não passagem dos caminhões no calçadão não traria nenhum malefício para quem vive e trabalha na região. Este modelo de coleta de resíduos se entenderá a toda a região da Antiga Pedreira que terá seu trânsito proibido a automóveis.

Este modelo dependerá muito da cooperação dos atores diretos. Isso visa promover uma relação de interdependência entre todos os envolvidos, gerando cumplicidade e fiscalização entre os próprios moradores, comerciantes e consumidores, sejam nas ações de coleta de lixo ou no não uso de automóveis nas áreas proibidas. Acredita-se que tal medida também aproxima a comunidade e aumenta suas responsabilidades coletivas.

• **Apropriação das vias**

Com o fechamento da maioria das vias, um leque de oportunidades de se apropriar delas se abre. Carros em trânsito ou estacionados não contribuem para o melhor aproveitamento da vida urbana. Porém, retirar a possibilidade do uso do automóvel em determinadas áreas e simplesmente esperar que a rua adquira trânsito de outros modais seria um equívoco. Assim sendo, propõe-se aqui medidas que aumentem a capacidade de ocupação e apropriação destes espaços.

Com exceção dos horários da feira Viva a Cidade, as mesas e cadeiras colocadas em espaço público por bares e restaurantes representam atualmente uma prática ilegal (quando não há pagamento de taxas referentes a esse uso). Essa situação pode ser regularizada em alguns casos, porém as taxas cobradas pela prefeitura são muito altas, o

que leva os comerciantes a continuar na ilegalidade. Logo, mesmo com as vias livres, os espaços não seriam facilmente apropriados.

Propõe-se então uma redução nos trâmites burocráticos e das taxas para a instalação de mesas e cadeiras em locais apropriados para tanto, bem como para a instalação de quaisquer outros equipamentos adequados à área. Um exemplo de equipamento alternativo foi proposto por Dona Ivete Berri, proprietária dos Sebos Ivete. Consultada acerca do que poderia propor para a melhoria da região, entre outras respostas, afirmou que tem um projeto de parklet para a frente de seu estabelecimento. Afirmou também que se responsabilizaria pelo cuidado e manutenção do equipamento, mas que atualmente é muito difícil conseguir licença para isso.

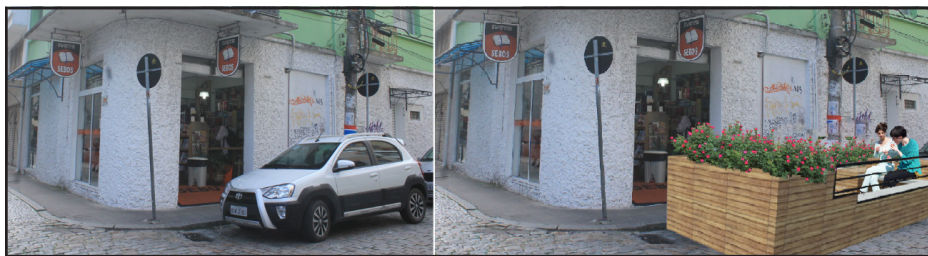


Figura 21 - Sebos Ivete atualmente/Sebos Ivete com projeto de apropriação da via. Fotos de Bernardo Rocha e fotomontagens do autor.

O equipamento “parklet”, em si, é passível de questionamento por ser encontrado em áreas gentrificadas pelo mundo e por talvez não condizer muito com a realidade da região. Porém, na presente proposta, ele serve para ilustrar um projeto da própria proprietária, que deseja um equipamento deste tipo e hoje vê a frente de sua loja utilizada como estacionamento. A simples possibilidade de se apropriar dessa área da via promoveria uma maior relação entre o interno e o externo, entre o público e o privado, bem como serviria para clientes e transeuntes, além de ter sua manutenção feita pelo sebo, empoderando e dando responsabilidade sobre o espaço aos atuais comerciantes.

Essas pequenas ações de curto prazo trarão certo poder e autonomia para os comerciantes da região que, cada vez mais, vêem a região se deteriorando, seus colegas fechando as portas e a esperança em dias melhores diminuindo. Tratam-se de intervenções de baixo risco de elitização da área e que aumentam o sentimento de pertencimento, a responsabilidade sobre o espaço público e a fiscalização sobre atos de seus colegas de entorno. Tudo isso contribuirá para a criação de um mínimo senso de comunidade, extremamente importante para a etapa de média complexidade e médio prazo a seguir, a organização comunitária.

Organização comunitária

Considerando que o funcionamento da máquina estatal só mudará mediante mobilização popular e reivindicações de seus direitos, propõe-se aqui um modelo de organização comunitária para a região da Pedreira. Após as intervenções pontuais, as quais visam dar maior autonomia e responsabilidade para os comerciantes sobre o espaço, acredita-se que a fase de criação de senso de comunidade seja minimamente cumprida. Este “provocar a cidadania nas pessoas” é fundamental para o planejamento urbano da região e a permanência dos atuais usuários na área.

Com o senso de comunidade solidificado, uma organização comunitária forte, atuante e efetiva se faz possível. Sua autonomia é essencial para se manter propositiva e combativa, evitando sua cooptação por forças do Estado ou mesmo do mercado. A organização desse grupo ou desse movimento deve se fazer com muita cautela, uma vez que seus membros possuem interesses distintos, ideários que podem se conflitar e conhecimentos técnicos maiores ou menores entre si. Também há o receio de “engessar” ou burocratizar demais a organização, logo, a montagem desse processo deve empoderar os principais envolvidos, mas visando sua efetividade quanto a seus objetivos.

Faz-se de extrema importância que os envolvidos no processo tenham plena ciência de que a participação da comunidade no planejamento e gestão da região não configuram algum tipo de concessão ou favor por parte do Estado, mas nada mais do que o exercício de um direito, garantido no Estatuto da Cidade. Um dos exemplos desses direitos encontra-se no capítulo IV do Estatuto, que trata da Gestão Democrática da Cidade:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
II – debates, audiências e consultas públicas;
III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
(ESTATUTO DA CIDADE, 2001)

Com todos os envolvidos devidamente esclarecidos, aumentam as chances de a participação alcançar o maior número possível de interessados e atuantes. Além disso, é mais provável que haja um maior engajamento desses setores em reivindicar melhorias para o lugar

onde estão instalados e que o processo ocorra de forma mais rápida e menos maçante, uma vez que quanto mais instruída estiver a comunidade, menos tempo será gasto em discussões desnecessárias e em sanar dúvidas geradas justamente pela falta de esclarecimentos prévios.

Nesse processo, o arquiteto e os demais profissionais técnicos necessários ao planejamentos urbano devem ser os interlocutores entre a comunidade e o estado e entre os interesses locais e seus impactos. Dentro dessa organização também deve estar sempre em pauta a temática da gentrificação, devidamente esclarecida à população envolvida. Os técnicos devem se ater a clarear a população sobre os instrumentos que podem ser usados, sem tornar o processo meramente tecnocrático.

“Sob um ângulo autonomista, os instrumentos de planejamento, por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem verdadeira importância ao terem a sua operacionalização e a sua implementação influenciadas e monitoradas pelos cidadãos. Caso contrário, corre-se o risco de atribuir aos instrumentos, em si mesmos, a responsabilidade de instaurarem maior justiça social, independentemente das relações de poder e de quem esteja decidindo, na prática, sobre os fins do planejamento e gestão da cidade” (SOUZA, 2003).

Sob essa ótica, deve-se zelar também pela transparência e alcance, dando aos envolvidos total capacidade de monitoramento e controle sobre o processo. O modelo de organização se dará da forma mais próxima possível de uma democracia direta, distanciando-se da atual democracia representativa. A participação popular nas decisões sobre a cidade deve ser buscada como um direito universal e inalienável, porém, ao mesmo, deve ser encarado como um dever enquanto cidadão.

É importante salientar que o modelo a ser proposto trata-se de um projeto para o recorte do presente estudo de caso. Porém, não deve ser descolado de uma política urbana para todo o município e que sua estratégia seja aplicada para todos os distritos, bairros ou recortes como esse, que estejam interessados em participar da gestão dos projetos, intervenções e investimentos públicos planejados para sua região. Assim, busca-se levar em conta as peculiaridades da área em questão para a elaboração da proposta, mas tentando deixar o máximo aplicável para outras regiões.

Para criar-se uma noção dos limites e potencialidades da participação popular nas decisões sobre o espaço urbano é necessário conhecer os modelos possíveis e existentes. Para tanto, baseou-se nos escritos de Sherry R. Arnstei para compreender as nuances deste tema tão complexo. Segundo Arnstein, a participação cidadã se divide em oito “escadas” e três níveis. São eles:

8 Controle Cidadão	Níveis de poder cidadão
7 Delegação de Poder	Níveis de poder cidadão
6 Parceria	Níveis de poder cidadão
5 Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4 Consulta	Níveis de concessão mínima de poder
3 Informação	Níveis de concessão mínima de poder
2 Terapia	Não-participação
1 Manipulação.....	Não-participação (ARNSTEIN, 1969)

A manipulação não pode ser configurada como processo participativo, uma vez que trata-se de uma escada em que os detentores do poder educam, convencem, induzem e aconselham o cidadão, e não o contrário. A terapia também não configura um processo participativo pois trata os cidadãos como deficientes intelectuais e os trata como um problema maior que os relatados por eles mesmos.

Já a informação figura entre os níveis mínimos de concessão de poder ao povo. Porém, ainda é uma escada limitada, pois se dá apenas de cima para baixo, sem retorno, nem negociação, além de se fazer utilizando linguagem extremamente técnica, o que inibe a participação das camadas mais populares. Neste nível também se encontram a consulta e a pacificação. A consulta não deve se descolar de outras formas de participação para ser minimamente eficiente, pois quando não se associa, pessoas viram estatísticas e o processo pode conter perguntas vagas que induzam a uma resposta equivocada. A pacificação exige o máximo de legitimidade na escolha de membros de conselhos, alta competência e confiança nos técnicos, ciência dos cidadãos de seus direitos, capacitação dos cidadãos para lidarem com os temas abordados, além de maior número de conselhos deliberativos em virtude dos consultivos.

O poder cidadão começa a se consolidar a partir das últimas três escadas. A parceria é possível quando a comunidade, de alguma forma, consegue verba para contratar os próprios técnicos competentes e de confiança, além de remunerar seus representantes por integrarem grupos de decisão superiores. Com a delegação de poder a própria comunidade começa a ter grande poder deliberativo, ocupando a maior parte das cadeiras em conselhos de órgãos tomadores de decisão. O último e mais utópico é o controle cidadão, que configuraria a participação de fato. Este se daria quando a comunidade começasse a ter o poder de gerir as próprias instituições e serviços de sua comunidade.

A partir deste panorama de Arnstein é possível começar a traçar estratégias. Descarta-se levar em conta as escadas de terapia e manipulação, obviamente, por irem contra os ideais de participação popular. A informação deve ser difundida da forma mais esclarecedora possível, pois se houver falha nessa etapa, as outras fases de um plano

participativo estão condenadas ao fracasso. Esta escada se dará na forma de reuniões comunitárias e audiências públicas. Assim, considera-se informação a etapa de formação e capacitação dos envolvidos, tanto no que tange ao leque de seus direitos cidadãos, como à elucidação de aspectos técnicos de planejamento necessários para uma primeira compreensão e uma posterior capacidade de propor soluções viáveis a problemas identificados na consulta.

A consulta deverá ser feita da forma mais abrangente possível. Porém, por ser feita após a capacitação de todos os interessados, espera-se que sejam coletados dados da forma mais precisa e eficiente possível. Esses dados conterão as problemáticas urbanas atuais, as limitações vistas pela população para a área, as potencialidades do espaço em questão e as expectativas acerca de futuros projetos. A consulta não terminará nesta etapa, ela voltará a figurar entre outras fases do planejamento. A participação na consulta deve ser estimulada ao máximo, uma vez que, mesmo com o direito de se expressar, outros motivos podem levar o cidadão a não se sentir a vontade para opinar, o que faz do processo democrático limitado e de pouco alcance. Além disso, esse estímulo deve ser feito no sentido de colocar a consulta não apenas como um direito, mas como um dever do cidadão para com a sua região. Assim, os participantes se sentem representados e representantes, parte do processo e responsáveis pelo planejamento.

Na escada pacificação chega-se a uma estruturação mais pragmática do plano. Nessa fase, serão indicados membros para um grupo: o Conselho Local (da ala leste, no caso). A criação desse grupo visa uma diminuição no número de envolvidos diretamente. Essa diminuição se faz somente pela necessidade de efetivar os processos decisórios, sendo seus representantes pessoas com maior disponibilidade de tempo, grande confiança de seus colegas e dispostas a participarem integralmente de todas as reuniões e audiências do Conselho. Porém, cada representante da comunidade terá a responsabilidade de levar aos seus pares tudo o que for discutido, proposto e decidido no Conselho, o que tem ficado cada vez mais fácil com o acesso aos meios de comunicação e redes sociais. O membros da comunidade que não se candidatarem ou não forem eleitos não serão impedidos de participar de eventos do Conselho, apenas não terão direito a voto direto por já terem um delegado votante. A escolha destes delegados se dará de forma democrática, estando os candidatos cientes de suas responsabilidades e dispostos ao desafio. Assim espera-se que a comunidade reconheça e legitime o processo de escolha e seus representantes eleitos.

Uma das mais emblemáticas escadas é a da parceria. Isso se deve ao fato de ela possuir em suas pautas assuntos referentes a verbas a serem destinadas à comunidade. Aqui começa verdadeiramente a mistura entre

o planejamento e a gestão urbano. A participação na gestão municipal e a destinação de verba à comunidade para sua organização seriam uma grande conquista de direitos. A origem desse fundo comunitário será proposta adiante. Conquistados estes direitos, considera-se que a organização comunitária se tornará muito mais forte, atuante, autônoma e eficiente.

Após o fundo criado, a comunidade da ala leste terá a capacidade de contratar seus próprios técnicos para formularem projetos destinados à região com o intuito de se contraporem às eventuais propostas elaboradas por técnicos da Prefeitura. Além da contratação de técnicos independentes, o fundo poderá ser usado para arcar despesas com reuniões e audiências independentes e, a depender do montante, remunerar de forma simbólica os conselheiros indicados pela comunidade. Assim, acredita-se que os conselheiros ficarão mais seguros e munidos de proposições para sua região.

Com uma estrutura e um método bem claros e organizados, o Conselho irá se consolidar a partir de medidas efetivas. Aqui entra a Delegação de poder, onde os delegados da região devem ocupar a maior parte das cadeiras deliberativas. Com esse direito garantido, fica muito mais difícil o planejamento não condizer minimamente com o que a comunidade espera.

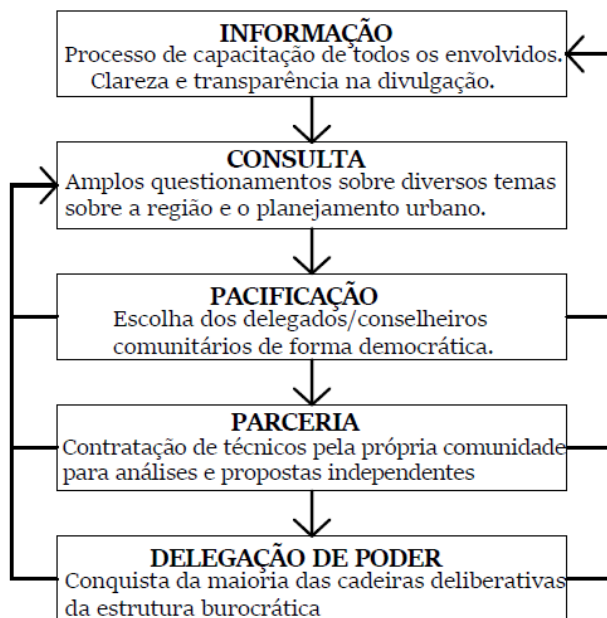


Figura 22 - Esquema de escadas para a participação popular no Planejamento e na Gestão urbanos. Produzido pelo autor.

A organização e a participação da comunidade nas decisões sobre sua região não se tratará de um evento, algo esporádico, e sim de um processo contínuo e aprimorável. Assim, acredita-se que as distorções sejam sanadas ao longo dos anos de participação e, quanto maior o poder da população nas deliberações do planejamento e da gestão, mais perto de uma gestão direta a comunidade se encontrará. Credo no sucesso dessa organização, deixa de ser utópica a possibilidade de se chegar à escada controle cidadão, onde os próprios moradores, comerciantes e locatários possam juntos definir e executar intervenções urbanas e gerir equipamentos de uso público na região.

Como dito, esta é uma proposta feita pelo autor, uma indicação de modelo que poderia obter sucesso. Porém, como o processo será contínuo, aprimorável, evolutivo e construído a partir de conquistas e o potencial de organização da comunidade, o modelo deverá sofrer mudanças ao longo do tempo. Os interesses são múltiplos, as forças conflitantes são desiguais, mas acredita-se que este primeiro modelo apontado poderá render bons frutos para a comunidade e um grande reforço na luta contra a gentrificação da ala leste. A partir de um modelo como este devem sair ideias e propostas de maior abrangência, que deverão ser bem planejadas e executadas pelo poder público municipal, mas com complexidade e prazo maiores do que as propostas anteriores.

Ações Estatais técnicas macro de longo prazo

Após as propostas mais pontuais de concessões e diminuição das onerações, reformas de baixo impacto e criação de um modelo de organização comunitária, parte-se para proposições mais estruturais contra a gentrificação e em busca da Cidade-popular. Como o presente estudo não visa perseguir um ou outro setor, houve cuidado com as propostas, visando garantir o acesso universal à área – seja para consumir, morar ou empreender – e promover a diversidade de usos e atores. Os projetos em questão se darão mediante demarcação em plano diretor, leis específicas e cobrança de contrapartida sobre eventuais incentivos.

Cabe ressaltar que as proposições a seguir se tratam de ideias preliminares. Não se configuram propostas finalizadas, devidamente esmiuçadas e maduras a ponto de serem implantadas diretamente a partir deste texto. Porém, expressam com clareza os rumos que pretende tomar o trabalho em busca de freios a um futuro processo de gentrificação que possa assolar a região.

• Cadastros técnicos e Sistema geográfico de informação

Um dos grandes obstáculos à análise profunda dos problemas de Florianópolis e seus atores envolvidos e realmente impactados é a baixa eficiência na coleta e atualização de dados sócio-econômicos e

geográficos, o que também dificulta o planejamento mais minucioso de certos espaços. Os assuntos referentes ao IPTU em Florianópolis praticamente todos os anos tratam de problemas, seja nos valores cobrados, nas taxas de difícil entendimento ou mesmo nos trâmites ligados ao pagamento de tais taxas. A legislação municipal de Florianópolis determina que a Planta Genérica de Valores (PGV) seja atualizada a cada quatro anos. Entende-se que, cada vez mais rapidamente, as dinâmicas urbanas estejam mudando e que este prazo deva ser reduzido.

A atualização mais constante da PGV, aliada a instrumentos de geoprocessamento mais eficazes e acessíveis à toda a população, auxiliará a análise de determinados aspectos da ala leste, bem como de todo o município, como a verificação de aumento excessivo do valor de imóveis e lotes, que estão diretamente ligados aos valores de aluguéis e outras taxas cobradas por locatários e que, por sua vez, estão intimamente ligados ao processo de gentrificação.

Outras formas de cadastros técnicos podem ser criados, principalmente em regiões de vulnerabilidade sócio, ambiental e econômica (que não é o caso da região da Pedreira) e, como sugere o presente trabalho, em regiões com risco de sofrer gentrificação em breve. Esses novos cadastros tem caráter de maior pessoalidade, dando maiores detalhes sobre quem são os indivíduos que usam o espaço da ala leste de forma contínua e permanente, seu patamar de renda, idade, escolaridade, etc. Esses dados, se atualizados de forma constante, contribuirão muito para o controle e fiscalização sobre a permanência ou êxodo da população que ali reside ou trabalha.

Esse maior investimento em tecnologias de cadastramento, controle e estatísticas é essencial para as próximas propostas de macroalcance e longo prazo. Os cadastros também contribuirão para a tomada de medidas pelo poder público em busca de uma Cidade-popular e sua transparência será de extrema importância para que a própria população tenha acesso aos dados e possa, ela mesma, detectar distorções, exageros ou injustiças em tributos cobrados ou investimentos feitos. Assim, a sociedade florianopolitana terá maior propriedade para reivindicar a justa tributação dos cidadãos e uma distribuição mais equânime da receita arrecadada.

• O direito de preempção sobre a ala leste

Como viu-se, a lógica de apoio e desonerações aos mais poderosos em detrimento da omissão aos desprivilegiados leva a um cenário de desigualdade tremenda, como é o caso de Florianópolis. Essa lógica tem de ser revertida e o município tem poder para tanto. Com base em modelos como o de Paris, e instrumentos já disponíveis no Estatuto da Cidade, é possível que o município intervenha no movimento especulativo

e conseqüente processo de gentrificação no bairro da Pedreira. Para isso, propõe-se aqui que toda a região estudada seja mapeada como zona de Direito de Preempção, segundo a seção VIII, artigos 25 a 27 do Estatuto da Cidade, que:

[...] confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

§ 1º Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§ 2º [...]

Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: [...]

II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse

social;

III – constituição de reserva fundiária;

IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

[...]

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou

paisagístico;

Com essa região delimitada no plano diretor municipal, a prefeitura deveria, em posse desses imóveis, utilizá-los para fins como: garantir acesso à moradia popular, via aluguel social para imóveis adquiridos; a construção de habitações de interesse social, onde ainda há possibilidade de construções que suportem um número maior de unidades; instalar parques e praças que estimulem o encontro, a livre manifestação cultural e a diversidade; implantar equipamentos que sirvam de amparo e apoio às pessoas com vulnerabilidade social e às minorias em geral, como já funciona o Instituto Arco-Íris, além de equipamentos que assistam aos moradores de rua, a fim de incluir todos neste projeto de cidade.

• **Implantação do IPTU progressivo no tempo**

A área de estudo de caso do presente trabalho, a rigor, não possui grandes vazios urbanos em forte especulação. O que observa-se, porém, são alguns terrenos e imóveis em subutilização. Para coibir atividades meramente especulativas na ala leste do Centro Histórico, propõe-se aqui a utilização do IPTU progressivo para todos os terrenos e imóveis julgados inutilizados e subutilizados. O IPTU progressivo no tempo é uma seção do Estatuto da Cidade com caráter parecido com o direito de

preempção e será usado justamente pelo fato pelo fato de a preempção poder demorar muito tempo para ser utilizada de fato.

Esta indução visa cumprir a função social da propriedade de forma a estimular os proprietários/locatários a contribuir para o melhor uso do solo urbano, mas sem ferir o direito à propriedade e sem fazê-lo de forma coercitiva, ou que configure deliberado confisco do bem. Esta lei se refere à seção III do capítulo II do Estatuto da Cidade, o qual estabelece que: “o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Este tributo será aplicado diretamente aos terrenos baldios ou de estacionamentos identificados no mapa da figura 17, além de imóveis ociosos a serem identificados.

As áreas tributadas terão de apresentar projetos para uso de seus terrenos que cumpram sua função social. A cada ano após o decreto de sua tributação e não utilização do espaço de forma relevante, o IPTU aumentará segundo a lógica proposta por Marcelo Lopes de Souza, em seu livro “Mudar a cidade”:

$$X^1 = y + (y \cdot 0,2)$$
$$X^2 = y + (y \cdot 0,4) \dots \text{ de forma contínua até o } 5^{\circ} \text{ ano,}$$
$$\text{segundo a lógica: } x = y + (y \cdot z).$$

Onde: x = valor do IPTU após a progressão;
 y = valor básico do IPTU do Imóvel;
 z = percentual de acréscimo estabelecido;
(SOUZA, 2004).

Após os 5 anos estabelecidos e a não contrapartida do proprietário, o município deverá desapropriar os terrenos, ressarcindo o proprietário com títulos da dívida pública, referentes ao valor calculado pelo IPTU. Assim, espera-se que os proprietários também façam parte de uma organização comunitária forte, que auxilie a comunidade a escolher os rumos da região da forma mais autônoma possível.

• Criação de um fundo específico para planejamento participativo

Além de um instrumento de controle urbanístico, o IPTU progressivo no tempo também deverá servir para contribuir com a criação de um fundo para o desenvolvimento urbano participativo. Juntamente com o IPTU progressivo, outros instrumentos já previstos no Plano Diretor de Florianópolis que tributem contribuintes, também terão parte de sua receita voltada para este fundo, como é o caso da Outorga Onerosa do Direito de Construir.

Esse fundo servirá para, entre outros projetos, promover ações mais locais e autônomas das comunidades na gestão e no planejamento

mais diretos de suas regiões. Ele será dividido entre as comunidades devidamente organizadas. A depender do montante acumulado, poderá ser utilizado, inclusive, na escada “parceria” do processo de organização comunitária, já exposto nesse texto, o que aumentaria revolucionariamente a autonomia e o poder das comunidades.

Além destas ações ligadas à organização comunitária e de planejamento, poderá ser usado na promoção de intervenções pontuais de ampla aceitação comunitária, com serviços contratados diretamente pela comunidade, diminuindo a burocracia e risco de atrasos e de desvios. Com esse fundo, espera-se que a comunidade da Pedreira consiga as condições mínimas para adquirir maior autonomia e poder de decisão efetiva.

• O comprometimento do Centro Sapiens e Startups

Outro ponto que merece atenção do município é o funcionamento do Centro Sapiens, das startups que virão a se instalar na região, seus problemas e seus potenciais. Entende-se que simplesmente negar ou propor algo contra a já existência dos mesmos nesta área não seria eficiente e poderia contribuir para a degradação ainda maior da região. Contudo, a ala leste representa uma localização estratégica e de enorme potencial. A instalação de startups é possível, mas sem a mudança completa da vocação da região em detrimento da criação de um polo tecnológico que tenda a expulsar os tradicionais comércios, serviços e usuários da área.

Ao mesmo tempo que a inovação tecnológica pode desfigurar uma dada área urbana, sua cuidadosa implantação também pode trazer melhorias significativas para a mesma. Assim sendo, propõe-se que o Centro Sapiens admita em seus editais de seleção, projetos que tenham comprovada relevância social para a região e que o mesmo aconteça para as startups que almejem ter sede na ala leste.

Alguns projetos selecionados para o Concretion Lab, como é chamada a pré-incubadora do Centro Sapiens, já possuem diretrizes voltadas para o social, como: o CéOS/COBO, que lida com a inclusão no campo da educação e o Moda Acessível, que lida com a criação de roupas para variados tipos de corpos. Estes tipos de projeto (apesar de moderados) representam exemplos de como as startups que se instalarem na região também devem fazer em contrapartida para o município e a Pedreira.

A tecnologia deve ser uma forte aliada nos processos de resistência a projetos urbanos excludentes, e não uma inimiga. A Cidade-popular não deve negar a tecnologia, mas saber extrair dela ferramentas que auxiliem todos os atores da ala leste lidar com as inovações advindas da nova era virtual, não apenas individual, mas coletivamente.

• Fortalecimento de parcerias públicas e aproximação com movimentos sociais

Como já exposto no presente estudo, as parcerias público-privadas são a “bola da vez” na gestão pública urbana. Após intenso aprofundamento sobre o assunto, críticas feitas e defeitos apontados, acredita-se que devam haver instrumentos de fiscalização e controle das parcerias do poder público com a iniciativa privada, bem como um fortalecimento de parcerias públicas entre as diversas instâncias de poder e instituições potencialmente interessadas em cooperar.

Por ser a capital de Santa Catarina, Florianópolis tem esse potencial de firmação de parcerias aumentado, uma vez que concentra em seu território sedes de órgãos municipais, estaduais e federais. Na própria região estudada, há espaços pertencentes ao Estado, como o Museu da Escola Catarinense – que hoje abriga o Centro Sapiens – e o antigo Colégio Antonieta de Barros – abrigará a Escola Legislativa - e edificações federais, como o Instituto Arco-íris, pertencente à UFSC.

Algumas das medidas que o município poderia tomar são muito simples, baratas e de retorno imediato, como incentivar os projetos sociais promovidos pelo Instituto arco-íris, pois apesar de pertencer à esfera federal, tem sua atuação diretamente aplicada ao tecido urbano municipal, atendendo populações em vulnerabilidade social. Além disso, acredita-se que o edifício do antigo Colégio Antonieta de Barros será subutilizado como sede da Escola Legislativa. Logo, o município poderia reivindicar o uso desse espaço nos horários inutilizados, para qualquer atividade que promova a cultura, o lazer, ou mesmo que sirva para sediar eventos comunitários da ala leste.

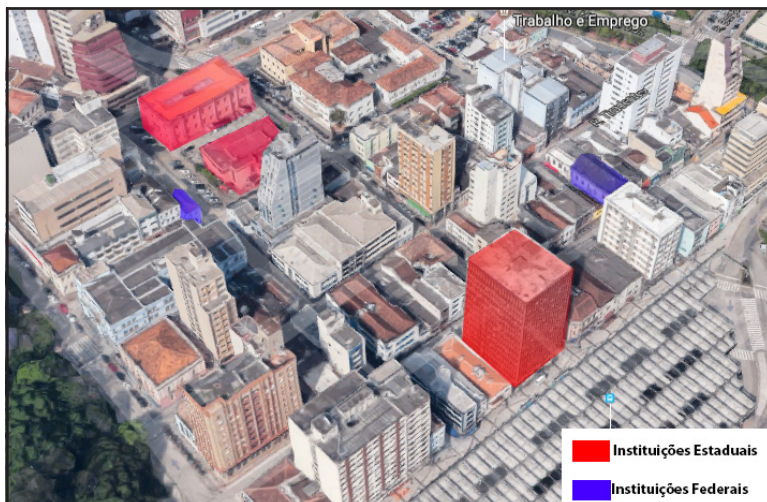


Figura 23 - Algumas instituições Federais e Estaduais passíveis de parcerias com o município. Produzido pelo autor.

Outras parcerias são possíveis e facilmente aplicáveis. UFSC, UDESC e Instituto Federal de Santa Catarina são instituições de ensino estaduais e federais que oferecem, dentre outros, cursos voltados para as áreas de geografia, urbanismo, assistência social, economia e tecnologia. Além do ensino, todas promovem pesquisa e extensão. Projetos de extensão universitária são aqueles que visam extravasar o meio acadêmico e serem aplicados de forma mais direta e efetiva às comunidades estudadas. Tais projetos têm sofrido muito com a falta de incentivo junto às instituições acadêmicas e outros entraves nos últimos anos. Parcerias com a prefeitura municipal poderiam render muitos frutos, maior sucesso, efetividade na aplicação e outros benefícios para a cidade.

Estas parcerias, porém, não implicam na extinção das parcerias já existentes com fundações como o Centro Sapiens, apenas visam a união de poderes que possuem afinidades de interesses e ideias – e por vezes se conflitam por mera burocracia – além de possuírem um custo menor e englobar pessoas dispostas a construir uma cidade mais justa e humana. Posto isso, acredita-se que as instituições de ensino têm uma função social extremamente relevante e uma responsabilidade grande não só na formação de profissionais, como na produção de conhecimento e em retorná-lo como benefícios à sociedade.

Além das parcerias institucionais, é de extrema importância que o município crie um canal direto de diálogo com movimentos sociais – urbanos ou não – que aumente a participação popular no planejamento e desenvolvimento da cidade. Cada vez mais os movimentos sociais de minorias (movimento negro, coletivos feministas, grupos da causa lgbt, etc) incorporam o direito à cidade em suas pautas e, em suas reuniões e eventos, são denunciados e apontados diversos problemas urbanos referentes à segurança, saúde, acesso a serviços básicos, etc. Tais movimentos têm muito a dizer e a contribuir para a construção de uma cidade mais justa e diversa, porém, para isso, deve-se criar maiores laços entre eles e o município.

Como o presente projeto visa aumentar a oferta de moradia na região, deve-se primar pela aproximação também com movimentos urbanos como a Frente Autônoma de Luta por Moradia, Movimento Passe Livre e outros com mesmo viés. Há grupos independentes, como o Movimento Traços Urbanos, que promovem debates, reuniões e eventos que muitas vezes geram propostas de intervenções urbanas. Grupos como este também começam a crescer em número em Florianópolis e será importante contar com o apoio do município para efetivar propostas que transformem de fato o espaço urbano.

Os grupos ligados à cultura também anseiam por direito à cidade e a livre e acessível expressão artística dentro do tecido urbano. Não

trata-se aqui, porém, de fomentar a mercantilização da cultura - como acontece em regiões gentrificadas - e sim tirar da invisibilidade os poucos grupos culturais que se manifestam na área, sem nenhum apoio do município ou da iniciativa privada, em atos expressa, além de manifestações artísticas e culturais, atos de resistência, como é o caso da “Batalha das mina”, que atualmente acontece todos os sábados, as 18:30h, no espaço do Terminal Cidade de Florianópolis. Eventos como esse, o cinema no lado externo do Museu Victor Meirelles, a balada de rua Sounds in a City, entre outros, ocorrem sem apoio ou com apoio mínimo do Estado. Esse, por sua vez, acaba não só fechando os olhos para tais movimentos, como, por vezes, agindo com repressão para com eles. Propõe-se então, além da liberdade de expressão artística e cultural plena, que o município amplie também com os movimentos culturais o canal de diálogo, bem como fomenta projetos que contemplem iniciativas independentes e autônomas na esfera da cultura.



Figura 24 - Batalha das Mina - Disponível em: <<https://www.facebook.com/batalhadasmnas/photos/a.1264014803627562.1073741828.1260595540636155/1555140854514954/?type=3&theater>>

**UM HORIZONTE
POSSÍVEL:
ALTERNATIVAS À
GENTRIFICAÇÃO ILUSTRADAS**

Mapeando as Ações Desejadas na Cidade Popular

Após profunda análise acerca do tema, levantamentos de dados sobre a região de estudo de caso e posteriores propostas estruturadas, fez-se oportuno e necessário um plano de ações possíveis e desejadas para a área numa realidade esperada pelo presente projeto. Tal plano objetiva ilustrar como seria a região da ala leste do centro de Florianópolis a partir do sucesso das propostas anteriormente apresentadas em busca da Cidade Popular, por meio de um ensaio propositivo.

A partir das propostas de longo prazo foi possível elencar lotes e edificações passíveis de terem o direito de preempção e IPTU progressivo insididos sobre o mesmos. Além destes, edifícios públicos poderão ter seu uso modificado em prol de um projeto mais popular de cidade. As vias, conforme proposto no último capítulo, também estarão sujeitas à apropriação e implantação de equipamentos urbanos alinhados à ideia de uma cidade mais viva e ocupada.

LEVANTAMENTO DE ESPAÇOS A SEREM MODIFICADOS

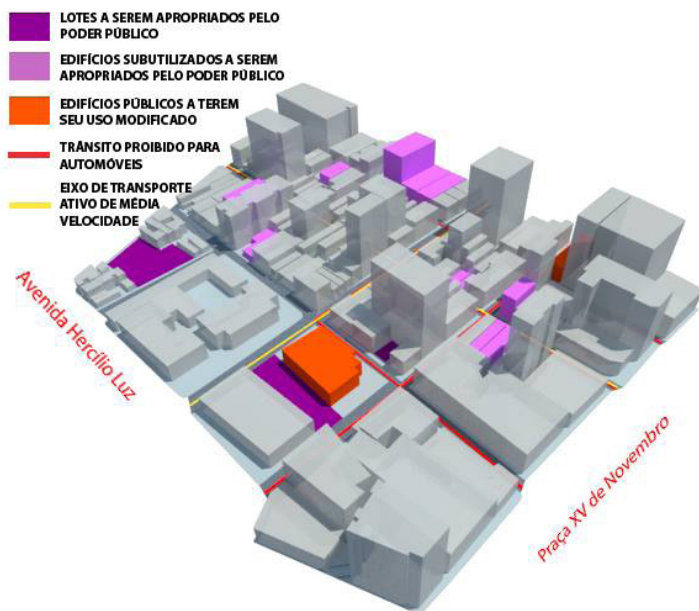


Figura 25 - Perspectiva Ala Leste após implantação das propostas do presente projeto.

Edificações apropriadas e seus novos usos

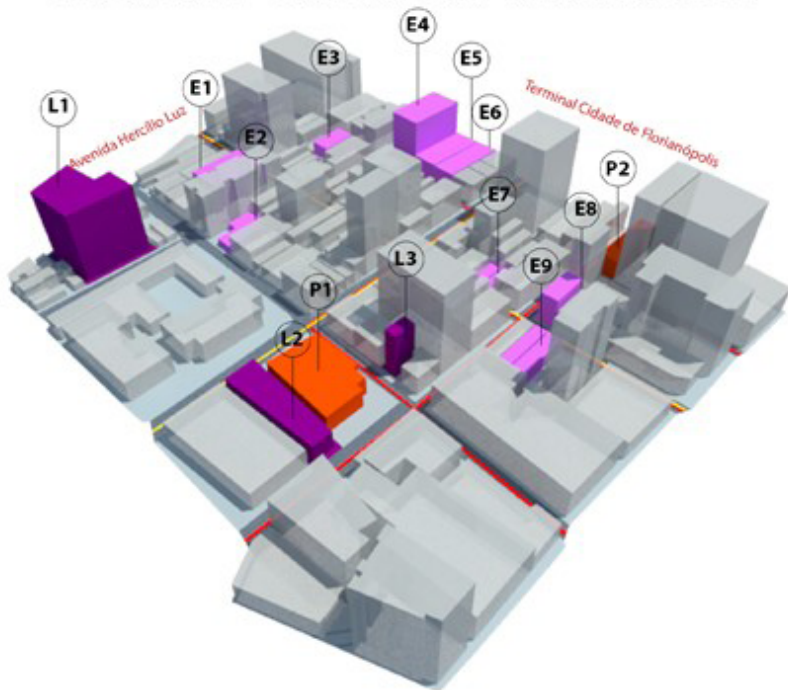
Como ilustrado na Figura 27, os espaços coloridos em roxo se referem a lotes e edificações submetidos às propostas que promoveriam o cumprimento da função social da propriedade. Os marcados com a cor laranja representam prédios públicos, os quais teriam sua utilidade aprimorada. Estes espaços terão novos usos, com funções diversas, que visam a uma apropriação mais heterogênea da área, conflitando com os interesses de elitização da região.

Cada novo uso foi escolhido com a intenção de complementar os usos já existentes em seu entorno imediato, de forma a inibir a subutilização destes espaços, resistir à onda elitista que tem começado a se instalar em diversas partes deste recorte urbano e colaborar para o fortalecimento da vocação de cada micro-área.

As intervenções tem como diretrizes mais práticas: uma maior oferta de moradia, principalmente de interesse social, aumentado a densidade populacional na região e a diversidade de classes sociais; fomentar usos diversos e pouco “nobres”, que venham a reforçar o atual caráter popular e oferecer resistência à gentrificação; criar e ampliar

programas sociais que atuem em favor dos cidadãos mais vulneráveis e invisibilizados, como os moradores de rua e imigrantes refugiados; abertura de instituições de cultura, lazer, turismo e educação; além de equipamentos de uso comunitário e fortaleçam a organização dos moradores e comerciantes.

MAPA COM NOVOS USOS PARA EDIFÍCIOS E LOTES APROPRIADOS



LOTES APROPRIADOS E NOVOS USOS

- L1 – Misto: moradia popular + térreo comercial
- L2 – Equipamento de uso cultural
- L3 – Misto: moradia popular + térreo comercial

PREDIOS PÚBLICOS E NOVOS USOS

- P1 – Reabertura Colégio Antonieta de Barros
- P2 – Moradia Estudantil

EDIFÍCIOS APROPRIADOS E NOVOS USOS

- E1 – Misto: Hospedaria Efêmera de Baixo Custo + Térreo Comercial
- E2 – Restaurante Popular
- E3 – Albergue da Assistência Social
- E4 – Misto: HIS + Térreo Comercial
- E5 – Galpão para produção em Cooperativa
- E6 – Mercado Popular
- E7 – Centro Comunitário
- E8 – Curso Pré-vestibular Público
- E9 – Casa do Imigrante

Figura 26 - Mapa de lotes e edifícios apropriados para novas funções.

L1- Uso atual: Estacionamento privado;

Uso desejado: Complexo com moradia para população de baixa renda e utilização do terreno para atividades comerciais diversas;

Entende-se que o automóvel deve possuir cada vez menos espaço na cidade, principalmente nas áreas centrais. O lote em questão apresenta uma grande área, passível de construção de porte considerável.

Os apartamentos construídos entrarão em programas governamentais de financiamento para aquisição de moradia, tais como o Programa Minha Casa Minha Vida. Além da vasta quantidade de moradias populares, seu terreno sediará comércios e serviços que ajudarão a dar suporte aos novos usos propostos para os diversos espaços apropriados no presente projeto.



L2 – Uso atual: Terreno inutilizado/ estacionamento;

Uso desejado: Centro Cultural, com espaço para exposições, espetáculos artísticos, biblioteca, entre outros.

Com um entorno privilegiado, entre instituições de ensino e museus, esta área inutilizada sediará um equipamento de uso cultural, que sirva preferencialmente a artistas da região e valorize também a arte de rua. Além disso, servirá de apoio a práticas extra-curriculares do Colégio Antonieta de Barros, oferecendo cursos, palestras, oficinas, entre outras atividades artísticas e culturais.

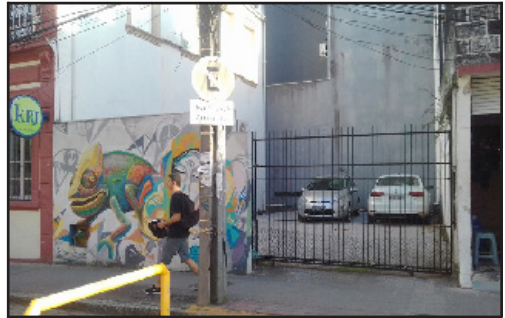


L3 – Uso atual: Estacionamento privado;

Uso desejado: Edifício de uso misto, com moradia de interesse social, além de térreo comercial voltado à área da educação.

Possuindo pouca área para a construção de habitação, o lote em questão contará com habitações de menor porte a serem apropriadas via aluguel social, prevendo uma maior rotatividade de moradores ao longo do tempo.

Por situar-se em frente ao colégio Antonieta de Barros e próximo a cursos de idiomas e pré-vestibulares, propõe-se que o uso do térreo seja comercial, destinado a um uso relativo à educação, como livrarias, papelarias, gráficas, entre outros.



P1- Uso atual: Escola do Legislativo;

Uso desejado: reabertura do Colégio Antonieta de Barros;

Apesar de seu abandono, o edifício apresentado possui condições mínimas de atender às necessidades de uma instituição de ensino, com pequenos reparos. Considera-se que a “Escola do Legislativo” seja um uso que faria desta edificação pouco utilizada.

Assim, propõe-se a municipalização e reabertura do Colégio Antonieta de Barros, com atividades em período integral, além de atividades no período noturno, como ensino técnico ou educação e alfabetização de jovens e adultos.



P2- Uso atual: Sede do IBGE;
Uso desejado: moradia estudantil

Como o intuito de estimular uma maior diversidade de atores, de várias idades e ocupações, aproveitando a proximidade com os cursos pré-vestibulares, e visando dar suporte de moradia a estudantes das universidades públicas de Florianópolis, propõe-se a utilização do atual prédio do IBGE como moradia para estudantes.



E1- Uso atual: inutilizado;

Uso desejado: misto – hostel com hospedaria de baixo custo + térreo comercial;

Como explicitado no capítulo anterior, nas últimas décadas Florianópolis se consolidou internacionalmente como polo turístico. Esse título, porém, restringe o turismo na Ilha a visitantes com faixa de renda mais elevada, hospedando-se principalmente em regiões praieiras. Poucos são os espaços, principalmente no centro da cidade, que propõe-se a receber turistas com menos renda, “mochileiros”, viajantes independentes ou esporádicos.

O edifício em questão se unirão para dar suporte a esta hospedaria efêmera, necessitando de pouca infraestrutura, oferecendo poucos serviços tradicionalmente oferecidos em modelos clássicos de hotel, contando, assim, com estrutura necessária, basicamente para o repouso dos viajantes.



E2- Uso atual: inutilizado/ antigo restaurante;

Uso desejado: restaurante subsidiado com refeições a preços populares;

Objetivando criar espaços com equipamentos de caráter contrastante com outros mais elitistas que começam a se instalar na região, propõe-se a implantação de um restaurante que forneça alimentação de baixo custo. Este espaço deve dar maior suporte aos moradores do futuro complexo desejado em L2, além de se situar onde atualmente se encontram os cidadãos invisibilizados da região em maior número. Oferecer refeições balanceadas a preços acessíveis a esta população, além de incentivar uma maior integração entre os diversos atores, acabará por promover a saúde pública.



E3- Uso atual: inutilizado/ antiga farmácia

Uso desejado: posto de assistência social;

Como já citado no estudo de caso, a região da Pedreira destaca-se pela alta concentração de cidadãos em situação de vulnerabilidade social. A implantação de um posto de atendimento a essa população se faz de extrema relevância para que a mesma não seja “varrida” para outras áreas da cidade – o que só mudaria esse problema de local.

O posto de assistência social da ala leste contará com espaço para atendimento médico, encaminhamento a clínicas de recuperação de dependentes químicos, além de servir de espaço de estadia para estes cidadãos em casos mais críticos. Tal equipamento reforça os trabalhos já desenvolvidos pelo Instituto arco-íris – localizado ao lado – o Centro POP e o albergue situado na Avenida Hercílio Luz, que lidariam com a questão da vulnerabilidade socioeconômica de forma mais humanizada.



E4- Uso atual: inutilizado / antigo misto (hotel + térreo comercial);

Uso desejado: misto: moradia social + térreo comercial;

Abandonado há alguns anos, este edifício possui grande potencialidade de abrigar dezenas de famílias. Após apropriado, deverá ser a habitação de interesse social. Como se tratava de um hotel, não possui planta para abrigar grandes famílias, porém funcionará via aluguel social nos moldes apresentados em L3, abrigando de forma efêmera moradores de baixa renda, bem como famílias que tiveram de sair de casa por conta de catástrofes naturais e afins. Seu térreo abrigará comércios e serviços diversos.



E5- Uso atual: inutilizado/ antigo cinema;

Uso desejado: galpão sede de cooperativa;

A busca por uma cidade popular, sem dúvida, conflita com outros campos de estudo da sociedade, como o modo de produção. Nesse sentido, outras formas de produzir e trabalhar se fazem oportunas para fortalecimento deste ideia de cidade.

Assim, propõe-se o uso deste galpão para atividades econômicas em modalidade de cooperativa. Para ilustrar essa possibilidade, optou-se por um uso menos “nobre”, uma cooperativa de reciclagem, pois acredita-se que esse modelo poderia fomentar outras atividades com viés sustentável.



E6- Uso atual: inutilizado/ antigo comércio de utilidades;

Uso desejado: Mercadão Popular;

Com um aumento significativo no número de moradores a partir do incentivo à construção e à apropriação de unidades habitacionais (principalmente para interesse social), a significativa distância de grandes redes de supermercados (onde encontram-se produtos a menor preço), por sua proximidade com o Terminal Cidade de Florianópolis (o que facilita o movimento de carga e descarga) e por este edifício já possuir estrutura para tanto, optou-se pela implantação de um mercado popular de médio porte.



E7- Uso atual: inutilizado;

Uso desejado: Centro Comunitário da Pedreira;

Em apoio à proposta de organização comunitária, propõe-se a apropriação deste espaço para que os moradores e comerciantes possam se reunir e decidir os rumos de sua região.

Os edifícios serão fundidos e assim, terão sua área ampliada e capacitada para receber outros eventos, podendo ser alugado como salão de festas, por exemplo, ajudando nos custos fixos de funcionamento da edificação.



E8- Uso atual: inutilizado;

Uso desejado: curso pré-vestibular gratuito para estudantes de baixa renda;

Este espaço, atualmente desocupado, possui uma grande movimentação de jovens vestibulandos e de concurseiros. Por terem altas mensalidades, são restritos a uma pequena parcela da população. Seguindo moldes de outros cursos pré-vestibulares gratuitos, como o da UFSC, propõe-se que o edifício em questão sedie um curso nesses moldes, de forma gratuita ou a preços simbólicos, destinados a estudantes de baixa renda, preferencialmente que estejam dentro dos requisitos de ações afirmativas de universidades públicas de Florianópolis.

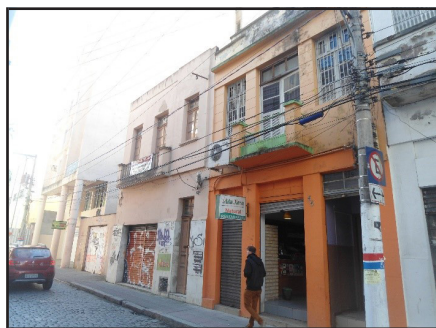


E9- Uso atual: inutilizado;

Uso desejado: Casa de apoio aos imigrantes e refugiados;

A partir dos conflitos de alto escalão observados no mundo na última década, observa-se um crescente movimento migratório de grandes proporções. Florianópolis tem recebido parte considerável destes migrantes e refugiados.

O apoio a estes imigrantes é restrito, muitas vezes feito pela própria população local de forma voluntária. As edificações em questão possuem uma localização de fácil acesso e seria ideal para dar suporte aos refugiados, oferecendo serviços como: encaminhamento para o mercado de trabalho, cursos de língua portuguesa e, em casos mais urgentes, servir de estadia temporária.



Ações esperadas a partir da mudança de usos dos edifícios

Com os novos usos propostos aliados aos antigos de forma harmônica, presume-se que uma série de mudanças ocorrerão na dinâmica urbana: aumentará a segurança, as relações interpessoais se intensificarão, haverá uma maior apropriação das vias e dos espaços construídos, além da promoção da diversidade de usuários em número, gênero e classe social.

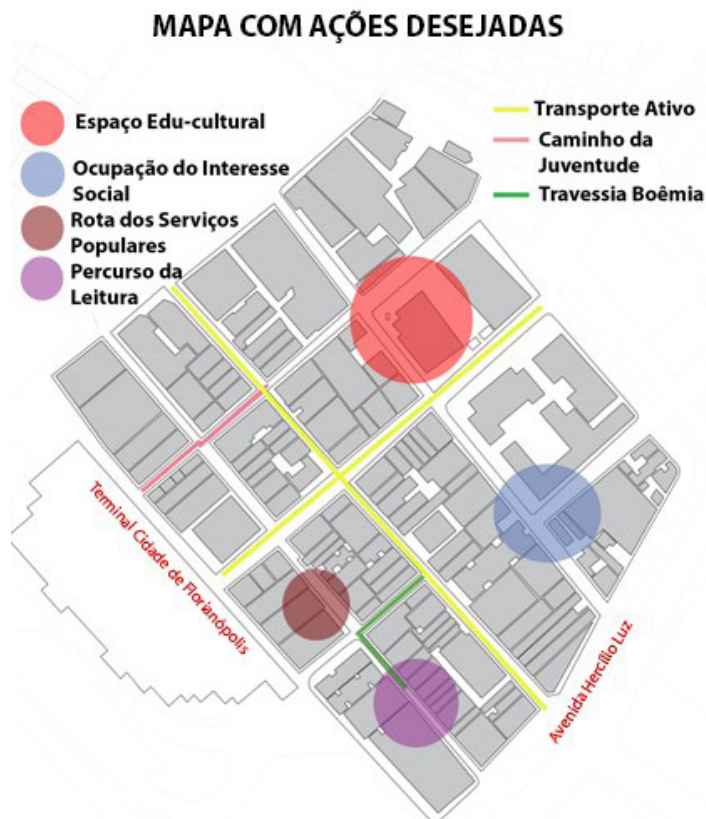
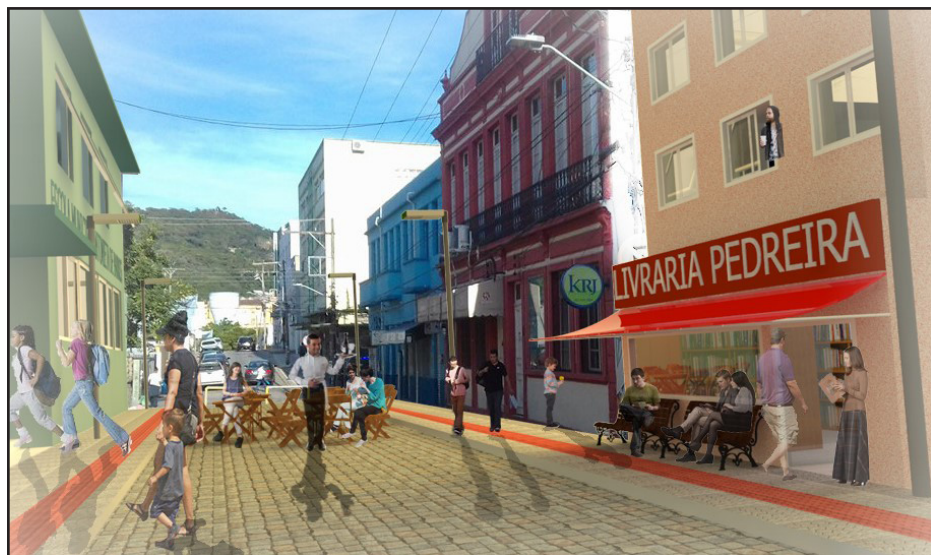


Figura 27 - Mapa com ações desejadas a partir dos novos e antigos usos complementados

Espaço Edu-cultural

Aproveitando a reabertura do colégio Antonieta de Barros e a apropriação do lote inutilizado à sua frente, somados à ambiência já consolidada pelos bares, sebo e curso de idiomas, projeta-se uma apropriação dos equipamentos e da rua pelos diversos usuários. O uso misto do lote inutilizado diminui um pouco a demanda por moradia na região, aumenta a segurança e seu térreo comercial voltado à área educacional promove um movimento importante ligando trazendo usuários de outras instituições de ensino para a área.



Ocupação do Interesse Social

Configurada como uma das áreas mais abandonadas do centro de Florianópolis, este possui um grande potencial de receber equipamentos de interesse social. O estacionamento dará lugar a uma grande edificação de interesse social e seu térreo sediará comércios e serviços de baixo custo, como farmácias populares, clínicas médicas subsidiadas, entre outros. Além da promoção de maior oferta de moradia, um restaurante com refeições a preços simbólicos será instalado nesta região, o que também promove maior acesso à alimentação saudável para a população de baixa renda e moradores de rua da ala leste e de todo o centro.



Rota dos Serviços Populares

A existência de três grandes imóveis desocupados traz para esta zona um grande potencial de intervenção. Com o calçadão da Avenida João Pinto reformado e conseqüente apropriação da via pelos comerciantes, uma nova dinâmica se forma. Sendo espacialmente um dos lugares mais estratégicos do recorte estudado, essa região possui extrema relevância para o combate à gentrificação. Assim, com a apropriação do antigo hotel para habitação social, do antigo cinema para uma cooperativa e da antiga loja de utilidades para um mercado de caráter popular, essa zona se configurará como um importante espaço de resistência.



Percurso da Leitura

Sendo para muitos apenas uma área de passagem entre a ala oeste e a Avenida Hercílio Luz, o recorte em questão possui poucos atrativos para a permanência dos atores na área. Contando com três sebos muito próximos uns aos outros e uma série de outros comércios voltados ao consumo de alimentos e bebidas, esse espaço se aproveita da via proibida para automóveis e se apropria da mesma para promover a leitura e o lazer, além de tornar o percurso pelo centro mais agradável e seguro.



Transporte Ativo

Após a proibição do uso de automóveis na região, a ligação da ala oeste e do Terminal Cidade de Florianópolis com a Avenida Hercílio Luz e entorno necessitará de um trânsito de maior velocidade restrito ao transporte ciclovitário. Escolheu-se no sentido leste-oeste a rua Tiradentes (por já ser o trajeto de trânsito mais intenso) e no sentido norte-sul a rua Nunes Machado (por possuir menor declividade) para implantar infraestrutura mais adequada, contando com mobiliário adequado para suportar bicicletas e afins, incentivando o transporte ativo.



Caminho da Juventude

Com o objetivo de promover a inclusão social por meio da educação, propõe-se a implantação de um curso pré-vestibular gratuito para estudantes de baixa renda em meio às sedes de outro curso tradicional, mas pouco acessível da região. Uma moradia estudantil também será instalada na rua, dando suporte a estudantes de outras cidades que não possuiriam condições de estudar e viver em Florianópolis. Esta ação induz à ocupação da área por jovens estudantes, o que promoverá maior diversidade também de ocupações, idades e classes sociais.



Travessia Boêmia

Atualmente já existe um percurso de bares na região. Porém, estão em processo de elitização e mudança de caráter. Uma travessia de estabelecimentos de voltados para o entretenimento da nova população que se instalará e da população do entorno que historicamente frequentava os bares e hoje se apropria cada vez menos será mais uma das ações desejadas na ala leste, colocando o lazer também como um dos direitos básicos a serem adquiridos e garantidos para todos na região.



Considerações Finais

Com todo o cuidado em analisar as especificidades do contexto brasileiro como país emergente dentro de um continente historicamente submetido ao subdesenvolvimento, este estudo conseguiu alcançar grande parte de seus objetivos. Conceitos foram explicitados e explicados; o modelo de planejamento estratégico de cidades foi devidamente apresentado, criticado e outras formas de planejar foram abordadas; foram encontradas, no Brasil e no mundo, tentativas de frear processos gentrificatórios, fossem elas pontuais, estruturais ou referentes a outras problemáticas urbanas, mas que se encaixassem numa luta anti-segregatória e pró-participação popular; a partir destas referências foi possível estabelecer um plano para a busca do objeto das propostas, uma cidade-popular;

Após todo este estudo acerca do tema “processo de gentrificação” e sua análise em estudo de campo concentrado na ala leste do centro histórico de Florianópolis foi possível concluir que a gentrificação não se trata de um fenômeno, mas de um processo deliberado e vicioso. Também ficou nítida a correlação com outros aspectos urbanos e sociais, o que, de certa forma, acabou por abrir um horizonte maior de análises e relações com outras disciplinas. O urbanista não pode negar a sociologia, a antropologia, as ciências econômicas e geopolíticas, muito pelo contrário, deve considerar todas essas ciências em seus levantamentos e propostas que venham a intervir no tecido urbano.

Assim como o processo de gentrificação, todos os outros assuntos que se relacionam com ele são complexos, como os aspectos socioeconômicos, culturais, ideológicos e a relação entre esses. O atual modelo de sociedade, de funcionamento da máquina estatal e sua relação com o mercado fazem desta democracia representativa um modelo de difícil aceitação ou crença. A mudança de seu funcionamento, obviamente, não virá de quem se beneficia dele atualmente. Ela virá de ações daqueles mais negativamente afetados, o que é exposto como proposta no estudo de caso.

A partir dos vários conceitos esclarecidos procurou-se identificá-los no contexto local. Com uma análise histórica e geográfica de Florianópolis foi possível concluir que a cidade não se encaixa como aspirante a “cidade global”, ou nos padrões de gestão do planejamento estratégico pleno. Porém, observou-se que seu desenvolvimento foi sempre desigual e mal distribuído, atendendo a interesses especulativos e, mais recentemente, a cidade abriu suas fronteiras de desenvolvimento e tem apelado para um forte marketing, em busca de investimentos privados vindos de outros estados e mesmo de outros países.

Como explicitado nos primeiros capítulos, a gentrificação - estudada por Glass e Smith -atinge centros urbanos deteriorados, o que fez com que a região da antiga Pedreira surgisse como uma região com relativa riqueza de semelhanças com bairros que foram vítimas deste processo ao longo do século XX. A ala leste do centro histórico de Florianópolis se encontra entre a fase de desinvestimento e reinvestimento. É nítida a degradação da área, bem como o descaso do poder público com a mesma. Ao mesmo tempo, observa-se uma mudança lenta no perfil de seus usuários e pontuais obras de reformas e restauros de edifícios. Conclui-se, então, que a região não se encontra em processo de gentrificação consolidado, mas que um alerta está ligado e o processo pode se iniciar e ganhar força de forma rápida e avassaladora.

Apontado o risco de gentrificação, é necessária uma série de medidas que visem prevenir a comunidade desse tipo de processo. Tratando-se de um processo complexo e estrutural, admite-se que as soluções só se darão atacando a raiz do problema. Porém, para tanto, necessita-se de alguns requisitos mínimos para tornar possível que medidas sejam tomadas sem excluir interessados do processo, nem que sejam excluídos como resultado de intervenções propostas.

Entende-se que somente uma comunidade devidamente unida e organizada consegue enfrentar processos segregatórios como a gentrificação. Foi constatado que este não é o caso da ala leste. Para tanto, foi proposto uma série de medidas, com complexidades e prazos diferentes. Considerou-se que intervenções pontuais já reivindicadas pelos comerciantes da região não teriam como resultado um risco de os mesmos não conseguirem se manter na região. Pelo contrário, tais medidas visam emporrá-los, aumentar seu senso de pertencimento à área e aproximar seus atores. Tudo isso servirá para criar um mínimo senso de comunidade.

Com isso, faz-se possível uma organização comunitária sólida e combativa. Buscou-se um modelo de organização visando a participação efetiva da comunidade nas decisões sobre sua região e, contando com o sucesso desse modelo, foram propostas medidas de longo prazo e alcance. Nesse ponto foi possível tocar no cerne do problema. Medidas

que promovam a garantia de direitos básicos, maior autonomia da comunidade perante sua região e condições mínimas para o funcionamento de sua organização foram propostas.

Todas estas propostas são locais, devidamente pensadas para a região do estudo de caso. Logo, não são diretamente aplicáveis em qualquer outro lugar que sofra do mesmo problema, mas acredita-se que tais ideias também contribuem para um aumento no leque de alternativas genéricas possíveis. Além disso, fez-se necessário um ensaio propositivo a fim de ilustrar uma imagem próxima ao ideal de cidade resistente à gentrificação. Isso facilita e torna mais plausível as propostas práticas.

Por fim, o trabalho e a pesquisa não terminam aqui. Eles continuarão com o objetivo de trazer o tema para movimentos urbanos, para as comunidades, bem como para as escolas de arquitetura. Muitos temas, hoje essenciais no estudo e no planejamento de cidades, foram tabus ou menosprezados anos atrás, como acessibilidade e questões ambientais. A gentrificação ainda está longe de ser um dos maiores aspectos a se considerar no desenho urbano, mas espera-se que dentro de algum tempo ela esteja presente e que se busque prevenir esse tipo de processo em qualquer intervenção devidamente planejada que se faça na cidade.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

ARANTES, Pedro. **O Ajuste Urbano**: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. São Paulo, 2004.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. JAIP, Vol. 35, Ed. 4, Julho de 1969.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

CECCA. **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Insular, 1997;

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006. – (Coleção Primeiros Passos; 13);

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997;

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da Cidade-Global**: o papel da Ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Editora Unesp; Salvador, BA: Anpur, 2007;

HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade**. — em: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. Cidades rebeldes, São Paulo, Boitempo, 2013,

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 128 2004.

IASI, Mauro Luis. **A rebelião, a cidade e a consciência**. — em: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. Cidades rebeldes, São Paulo, Boitempo, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000;

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador. EDUFBA, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade** — Tradução Rubens Eduardo Frias — São Paulo: Centauro, 2001;

OLIVEIRA, Nelma Gusmão. **Jogo espetáculo, jogo negócio** - em ROLNIK, R. MAIOR, J. L. S. e BOULOS, G. et al. Brasil em jogo: o que fica da copa e das olimpíadas? – São Paulo. Boitempo e Carta Maior. 2014.

SCHINKE, Gert. **OSX**: surfando na onda do pré-sal ou “de como barganhar com bilhões no bolso” – em PERES, L. F. B. PIMENTA, M. C. A. e BUHL, A. Reconstruindo Paisagens: desafios socioespaciais para a grande Florianópolis. Florianópolis. Ed. Da UFSC. 2013.

PIMENTA, Margareth de C. A., **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2005.

PIRES, Francisco H. **Planejamento e Intervenções Urbanísticas no Rio de Janeiro**: a utopia do planejamento estratégico e sua inspiração catalã. Biblio 3W. Barcelona, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (13), 05/11/2010;

SABATINI, Francisco, ROBLES, María Sarella, VÁSQUEZ, Héctor. Gentrificación sin expulsión, o la ciudad latinoamericana en una encrucijada histórica. Revista 180. Santiago. Universidad Diego Portales, 24. 2016;

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa:** investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Editora da UFSC, 2015

CORREA, Diego Fernando. **Espaço Urbano, Bens Públicos e Cooperação:** um estudo de caso da revitalização de praças em Florianópolis pela empresa WOA Empreendimentos Imobiliários. – Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O ESTADO E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO:** a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Tese de Mestrado – Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

MONTEIRO, Marcelo Carlos. **Pedreira:** repensando a área histórica. - Trabalho de Conclusão de Curso – Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. Gentrificação: espetacularização e distinção. - Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro:** a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese de Doutorado – Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.

SOUZA, Mariana Rocha S. A. **Encontros na cidade:** ensaios de intervenções urbanas para o bairro da Pedreira; Trabalho de Conclusão de Curso – Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

TERNES, Marianne Oliveira. **A leste da praça:** O projeto Centro Sapiens e as transformações do Centro Histórico de Florianópolis; Trabalho de Conclusão de Curso – Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

Carlos Damiano - **Três questões sobre o Novo Mercado Público de Florianópolis** - Disponível em <<http://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/tres-questoes-sobre-o-novo-mercado-publico-deflorianopolis>> Acesso em 29/11/2016;

CHILDS, Simon. **Em Londres, ativistas destroem artefatos anti-mendigos**. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/em-londres-ativistas-destroem-artefatos-anti-mendigos>>. Acesso em 25/04/2017;

EQUIPE DE DADOS: 1 em cada 5 prefeitos eleitos é milionário. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/1-em-cada-5-prefeitos-eleito-s-e-milionario.html>> Acesso em 31/10/2016;

G1.COM: Comitê Rio 2016 é o responsável pela Vila Olímpica, diz prefeito. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/07/comite-rio-2016-e-o-responsavel-pela-vila-olimpica-diz-prefeito.html>> Acesso em 25/07/2016;

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2013: Projeto Viva a Cidade transforma o Centro. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=9567>> Acesso em 27/03/2017;

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015: Centro Sapiens estimula economia criativa. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=15238>> Acesso em 27/03/2017;

Redação Hypheness. **Porque o grafiteiro Blu apagou seus trabalhos dos muros?** Disponível em: <<http://www.hypheness.com.br/2016/03/por-que-o-grafiteiro-blu-apagou-seus-trabalhos-dos-muros/>> Acesso em 25/04/2017;

SOARES, Paulo R. R. - **O renascimento urbano do Bom Fim: Sinais de gentrificação hipster em Porto Alegre?** Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/>> Acesso em 18/03/2017.

TSE - Divulgação de candidaturas e contas eleitorais - Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/81051/candidatos>> Acesso em 23/11/2016;

VALENCIA, Nicolás. **Paris anuncia medidas radicais para impedir a gentrificação.** Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/br/759927/paris-anuncia-medidas-radicaais-para-impedir-gentrificacao>>. Acesso em 07/04/2017.

